

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

lochpe-Maxion S.A. e Controladas

31 de dezembro de 2025

com Relatório do Auditor Independente

1) MENSAGEM DO CEO

Durante o quarto trimestre de 2025 e ao longo de todo o ano, a Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia” ou “Maxion”) operou em um ambiente global caracterizado por elevada volatilidade e menor demanda, o que afetou o ritmo de vendas e a recuperação dos volumes, especialmente no segmento de veículos comerciais. Nesse contexto, 2025 representou um ano no qual a Companhia priorizou ajustes operacionais e disciplina financeira, preservando seus objetivos de longo prazo.

Na América do Norte, o quarto trimestre apresentou um cenário marginalmente melhor em relação ao terceiro trimestre, com sinais de estabilização em determinados clientes e plataformas. Na Europa, apesar de um mercado mais restrito, a Companhia avançou em ganhos pontuais de *market share*, em determinadas aplicações e clientes, refletindo a solidez de seu portfólio, a capacidade de execução operacional e a competitividade de suas soluções.

No Brasil, o segmento de veículos comerciais registrou uma desaceleração mais acentuada no final do ano, em um ambiente macroeconômico mais restritivo. Em resposta, a Maxion implementou ajustes moderados em sua estrutura produtiva, com o objetivo de alinhar melhor os custos fixos à demanda atual e fortalecer permanentemente a competitividade e a resiliência do negócio. Em contrapartida, o segmento de veículos leves manteve desempenho consistente ao longo do ano, contribuindo positivamente para o resultado da Companhia no Brasil.

Segundo dados da S&P Global, a produção global de veículos leves registrou crescimento de 1,5% no quarto trimestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, ou 0,6% quando excluída a China. Já de acordo com a GlobalData, a produção de veículos comerciais avançou 8,8% no trimestre em termos globais; contudo, ao se desconsiderar a China, observa-se retração de igual magnitude, com impactos mais relevantes concentrados nos segmentos de veículos comerciais pesados.

No quarto trimestre de 2025, a receita operacional líquida da Maxion totalizou R\$ 3.519,1 milhões, representando uma queda de 10,0% em relação ao 4T24, refletindo principalmente o menor volume nos segmentos de veículos comerciais na América do Norte e no Brasil, parcialmente compensado pelo desempenho de outros mercados e linhas de produtos. O EBITDA ajustado atingiu R\$ 337,9 milhões, com margem de 9,6%, evidenciando a capacidade da Companhia de preservar níveis sólidos de rentabilidade mesmo em um ambiente operacional significativamente mais desafiador.

No acumulado de 2025, a Companhia manteve desempenho consistente, evidenciando a resiliência de seu modelo de negócios e a efetividade das ações de gestão adotadas. A disciplina operacional e financeira seguiu sendo um pilar central da estratégia, contribuindo para que a Maxion atravessasse um período de elevada volatilidade sem comprometer sua estrutura de capital e sua posição competitiva.

A alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA dos últimos doze meses, encerrou o quarto trimestre em 2,65x, comparada a 2,39x no final de 2024, refletindo um leve aumento em um ano marcado por ajustes operacionais e investimentos seletivos. A posição de caixa ao final do período foi de R\$ 1.599,7 milhões, complementada por R\$ 760,0 milhões em linhas de crédito não sacadas, totalizando uma liquidez de R\$ 2.359,7 milhões, assegurando conforto financeiro e flexibilidade.

A Maxion encerrou o ano de 2025 mais enxuta, mais eficiente e estruturalmente mais preparada. A Companhia inicia 2026 com uma base de custos mais ajustada, maior flexibilidade operacional e posicionamento adequado para replicar iniciativas bem-sucedidas de ganho de *market share* em mercados onde já demonstramos forte capacidade de execução. Adicionalmente, seguimos empenhados em aproveitar o cenário favorável do segmento de veículos leves no Brasil, apoiados por iniciativas estratégicas como o projeto da Polimetal na Argentina, que amplia nossa capacidade de atendimento, reforça a integração regional e sustenta uma trajetória de crescimento disciplinado. Mantemos foco em excelência industrial, digitalização, inovação e rigor na alocação de capital, confiantes de que essas prioridades continuarão a fortalecer nossa capacidade de execução.

A Maxion continuará fortalecendo suas vantagens competitivas globalmente e estará posicionada para competir de forma eficaz nos diversos mercados em 2026 e além.

2) DESTAQUES DO 4T25 e 2025

- Receita operacional líquida de R\$ 3.519,1 milhões no 4T25, representando uma redução de 10,0%, e R\$ 15.366,5 milhões em 2025, crescimento de 0,2%¹

¹ Em relação ao mesmo período do ano anterior

- Lucro bruto de R\$ 412,1 milhões, com margem bruta de 11,7% no 4T25, e de R\$ 1.850,8 milhões em 2025, com margem bruta de 12,0%, representando redução de 14,7% e de 0,7 p.p. e aumento de 1,6% e de 0,1 p.p.¹
- EBITDA recorrente² de R\$ 337,9 milhões no 4T25, com margem EBITDA de 9,6%, e de R\$ 1.544,5 milhões em 2025, com margem EBITDA de 10,1%, representando uma redução de 12,3% e de 0,3 p.p. no trimestre e estabilidade de margem no comparativo anual¹
- Alavancagem financeira³ de 2,65x no 4T25 em relação a 2,55x no 3T25 e 2,39x no 4T24

3) MERCADO

A produção de veículos nas regiões onde se concentra o maior percentual do faturamento consolidado da Companhia, apresentou o seguinte comportamento nos períodos indicados (em milhares):

Veículos Leves ¹				Veículos Comerciais ²		
Região	4T25	4T24	Var.	4T25	4T24	Var.
Brasil	622	634	-2,0%	30	45	-34,4%
Índia	1.593	1.336	19,3%	121	114	6,4%
América do Norte	3.575	3.615	-1,1%	101	138	-26,8%
Europa ³	3.884	3.888	-0,1%	122	126	-3,4%
Global	24.794	24.433	1,5%	895	822	8,8%
Global Ex-China	15.064	14.982	0,6%	493	540	-8,8%
Região	2025	2024	Var.	2025	2024	Var.
Brasil	2.492	2.385	4,5%	152	169	-9,9%
Índia	6.124	5.655	8,3%	495	459	7,7%
América do Norte	15.267	15.450	-1,2%	453	625	-27,6%
Europa ³	15.523	15.698	-1,1%	473	473	0,0%
Global	93.045	89.594	3,9%	3.429	3.306	3,7%
Global Ex-China	60.180	59.776	0,7%	2.012	2.166	-7,1%

(1) Fonte: ANFAVEA (Brasil) e S&P Global (outras regiões) - Fevereiro 2026

(2) Fonte: Global Data (Veículos Comerciais) - 4T25

(3) Considera EU27 + Reino Unido + Turquia

² Desconsidera os efeitos não recorrentes em ambos os períodos (item 4.5)

³ Dívida líquida/EBITDA dos últimos 12 meses

As mais recentes previsões das consultorias para o ano de 2026 indicam uma queda de 0,2% na produção global de veículos leves (crescimento de 0,3% excluindo a China) e de 1,0% na produção global de veículos comerciais (crescimento de 2,7% excluindo a China).

4) DESEMPENHO OPERACIONAL FINANCEIRO

DRE Consolidado - R\$ mil	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Receita Operacional Líquida	3.519.120	3.909.106	-10,0%	15.366.537	15.331.813	0,2%
Custo dos Produtos Vendidos	(3.107.012)	(3.426.095)	-9,3%	(13.515.765)	(13.510.380)	0,0%
Lucro Bruto	412.108	483.011	-14,7%	1.850.772	1.821.433	1,6%
	11,7%	12,4%		12,0%	11,9%	
Despesas Operacionais	(224.616)	(236.243)	-4,9%	(904.967)	(798.535)	13,3%
Outras Despesas/Receitas Operacionais	(6.677)	(7.745)	-13,8%	(54.610)	(24.131)	126,3%
Resultado de Equivalência Patrimonial	15.302	8.126	88,3%	50.719	22.269	127,8%
Lucro Operacional (EBIT)	196.117	247.149	-20,6%	941.914	1.021.036	-7,7%
	5,6%	6,3%		6,1%	6,7%	
Resultado Financeiro	(142.347)	(124.753)	14,1%	(578.276)	(435.573)	32,8%
Imp. de Renda / Contrib. Social	(55.996)	(25.212)	122,1%	(146.504)	(205.379)	-28,7%
Participação de Não Controladores	(32.172)	(28.818)	11,6%	(118.751)	(115.365)	2,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(34.398)	68.366	-150,3%	98.383	264.719	-62,8%
	-1,0%	1,7%		0,6%	1,7%	-62,9%
EBITDA	328.178	378.263	-13,2%	1.493.453	1.524.071	-2,0%
	9,3%	9,7%		9,7%	9,9%	

4.1) Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida consolidada atingiu R\$ 3.519,1 milhões no 4T25 e R\$ 15.366,5 milhões em 2025, representando uma queda de 10,0% em relação ao 4T24 e um crescimento de 0,2% em relação a 2024.

A queda da receita no 4T25 reflete principalmente a redução de volumes nos veículos comerciais na América do Norte e no Brasil. Adicionalmente, a valorização do real frente ao dólar impactou negativamente a conversão das receitas externas. No acumulado de 2025, esses efeitos foram parcialmente compensados pelo melhor desempenho em outras regiões, resultando em estabilidade da receita em relação a 2024.

A tabela a seguir mostra o desempenho da receita operacional líquida consolidada por região e por produto nos períodos indicados.

Receita Operacional Líquida - R\$ mil	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Rodas Alumínio - veículos leves	221.455	214.168	3,4%	974.335	783.129	24,4%
Rodas Aço - veículos leves	147.606	146.000	1,1%	607.289	579.691	4,8%
Rodas Aço - veículos comerciais	144.060	236.546	-39,1%	882.065	1.026.870	-14,1%
Comp. Estruturais - veículos leves	130.597	125.569	4,0%	506.778	467.973	8,3%
Comp. Estruturais - veículos comerciais	287.366	392.928	-26,9%	1.428.747	1.503.382	-5,0%
América do Sul	931.085	1.115.210	-16,5%	4.399.214	4.361.046	0,9%
	26,5%	28,5%		28,6%	28,4%	
Rodas Alumínio - veículos leves	129.678	166.326	-22,0%	578.415	664.512	-13,0%
Rodas Aço - veículos leves	383.787	377.115	1,8%	1.670.057	1.591.189	5,0%
Rodas Aço - veículos comerciais	73.068	72.333	1,0%	383.525	354.304	8,2%
Comp. Estruturais - veículos comerciais	245.874	464.604	-47,1%	1.244.696	1.973.710	-36,9%
América do Norte	832.407	1.080.377	-23,0%	3.876.692	4.583.715	-15,4%
	23,7%	27,6%		25,2%	29,9%	
Rodas Alumínio - veículos leves	706.370	744.602	-5,1%	2.993.894	2.655.029	12,8%
Rodas Aço - veículos leves	361.147	361.149	0,0%	1.474.242	1.375.668	7,2%
Rodas Aço - veículos comerciais	365.405	309.170	18,2%	1.445.127	1.203.160	20,1%
EMEA¹	1.432.922	1.414.922	1,3%	5.913.263	5.233.857	13,0%
	40,7%	36,2%		38,5%	34,1%	
Rodas Alumínio - veículos leves	166.576	125.079	33,2%	584.008	514.614	13,5%
Rodas Aço - veículos leves	49.306	49.531	-0,5%	206.345	218.184	-5,4%
Rodas Aço - veículos comerciais	106.825	123.987	-13,8%	387.014	420.398	-7,9%
Ásia	322.706	298.597	8,1%	1.177.368	1.153.196	2,1%
	9,2%	7,6%		7,7%	7,5%	
Iochpe-Maxion Consolidado	3.519.119	3.909.107	-10,0%	15.366.537	15.331.813	0,2%
	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	
Maxion Wheels	2.855.282	2.926.007	-2,4%	12.186.316	11.386.748	7,0%
	81,1%	74,9%		79,3%	74,3%	
Maxion Structural Components	663.837	983.100	-32,5%	3.180.221	3.945.065	-19,4%
	18,9%	25,1%		20,7%	25,7%	

¹EMEA - Europa, Oriente Médio e África

4.2) Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 3.107,0 milhões no 4T25 e R\$ 13.515,8 milhões em 2025, representando uma queda de 9,3% em relação ao 4T24 e estabilidade em relação a 2024.

A queda no 4T25 reflete, principalmente, o menor consumo de matérias-primas em função da redução de volumes, especialmente no segmento de veículos comerciais na América do Norte e no Brasil, além de ganhos de eficiência operacional e do efeito positivo da valorização do real frente ao dólar.

4.3) Lucro Bruto

O lucro bruto atingiu R\$ 412,1 milhões no 4T25 e R\$ 1.850,8 milhões em 2025, representando uma queda de 14,7% em relação ao 4T24 e um crescimento de 1,6% em relação a 2024.

A redução de volumes impactou a base de receita e a absorção de custos fixos; entretanto, iniciativas de reprecificação, um mix mais favorável, ganhos de eficiência operacional e a estabilização dos preços de matérias-primas compensaram parcialmente esses efeitos.

4.4) Despesas Operacionais

As despesas operacionais — que incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, além de honorários da administração — totalizaram R\$ 224,6 milhões no 4T25 e R\$ 904,9 milhões em 2025, correspondendo a uma redução de 4,9% no trimestre e a um aumento de 13,3% no comparativo anual, frente aos mesmos períodos de 2024.

Essa variação decorre, principalmente, de variação cambial, reajustes salariais e contratos de serviços, fatores que superaram a redução do componente variável de vendas associada ao menor volume no trimestre.

4.5) Outras Despesas/Receitas Operacionais

O resultado foi negativo em R\$ 6,7 milhões no 4T25 e em R\$ 54,6 milhões em 2025, comparado a R\$ 7,7 milhões negativos no 4T24 e a R\$ 24,1 milhões negativos em 2024.

Os principais itens não recorrentes desta linha correspondem a despesas de reestruturação, que totalizaram R\$ 9,8 milhões no 4T25 e R\$ 51,1 milhões em 2025, ante R\$ 6,9 milhões no 4T24 e R\$ 20,2 milhões em 2024.

As reestruturações registradas decorreram, principalmente, do baixo volume observado na América do Norte, bem como da retração do mercado de veículos comerciais no Brasil. Essas medidas têm como objetivo adequar a estrutura operacional ao nível atual de demanda nessas regiões, garantindo maior eficiência e alinhamento da capacidade produtiva às condições de mercado.

4.6) Resultado de Equivalência Patrimonial

Resultado positivo de R\$ 15,3 milhões no 4T25 e de R\$ 50,7 milhões em 2025, refletindo crescimento em relação aos R\$ 8,1 milhões no 4T24 e aos R\$ 22,3 milhões registrados em 2024. O avanço foi impulsionado pelo bom momento do mercado argentino, que beneficiou os resultados da Maxon Montich, e pelo desempenho da Amsted-Maxon no segmento ferroviário.

A tabela a seguir apresenta os valores correspondentes às participações societárias da Iochpe-Maxon, refletindo o impacto da equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

R\$ mil	4T25					4T24				
	Amsted Maxion ¹	Maxion Montich ²	Dongfeng Maxion ³	Polimetal ⁴	Total	Amsted Maxion ¹	Maxion Montich ²	Dongfeng Maxion ³	Total	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	3.617	13.635	(1.974)	24	15.302	4.335	5.301	(1.510)	8.126	88,3%

R\$ mil	2025					2024				
	Amsted Maxion ¹	Maxion Montich ²	Dongfeng Maxion ³	Polimetal ⁴	Total	Amsted Maxion ¹	Maxion Montich ²	Dongfeng Maxion ³	Total	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	18.069	46.623	(13.997)	24	50.719	15.281	17.443	(10.455)	22.269	127,8%

¹Amsted-Maxion Fundição e Equipamentos Ferroviários S.A.: Companhia coligada do segmento ferroviário (participação de 19,5%)

²Maxion Montich S.A.: Negócio em conjunto com fábricas de componentes estruturais na Argentina, no Uruguai e no Brasil (participação de 50%)

³Dongfeng Maxion Wheels Ltd.: Companhia coligada que produz rodas de alumínio na China (participação de 50%)

⁴Polimetal: Negócio em conjunto que produz rodas de alumínio na Argentina (participação de 50,1%)

4.7) Resultado Operacional (EBIT)

O lucro operacional totalizou R\$ 196,1 milhões no 4T25 e R\$ 941,9 milhões em 2025, correspondendo a reduções de 20,6% e 7,7%, respectivamente, em relação aos mesmos períodos de 2024.

Essa variação reflete, sobretudo, a queda de volumes no segmento de veículos comerciais na América do Norte e no Brasil, que reduziu a alavancagem operacional, além das despesas não recorrentes com reestruturações, direcionadas à adequação da capacidade ao nível atual de demanda.

4.8) Geração de Caixa Bruta (EBITDA)

O EBITDA totalizou R\$ 328,1 milhões no 4T25, com margem de 9,3%, representando redução de 13,2% e queda de 0,4 p.p. em relação ao 4T24. Em 2025, o EBITDA somou R\$ 1.493,4 milhões, com margem de 9,7%, refletindo retração de 2,0% e redução de 0,2 p.p. frente a 2024.

Desconsiderando os efeitos não recorrentes mencionados no item 4.5, o EBITDA recorrente atingiu R\$ 337,9 milhões no 4T25, com margem de 9,6%, e R\$ 1.544,5 milhões em 2025, com margem de 10,1%, refletindo uma redução de 12,3% e de 0,3 p.p. no trimestre e estabilidade de margem, na comparação anual.

A tabela a seguir apresenta a evolução do EBITDA.

Conciliação do EBITDA - R\$ mil	4T25	4T24	Var.	2025	2024	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(34.398)	68.366	-150,3%	98.383	264.719	-62,8%
Não Controladores	32.172	28.818	11,6%	118.751	115.365	2,9%
Imp. de Renda / Contrib. Social	55.996	25.212	122,1%	146.504	205.379	-28,7%
Resultado Financeiro	142.347	124.753	14,1%	578.276	435.573	32,8%
Depreciação / Amortização	132.061	131.114	0,7%	551.539	503.035	9,6%
EBITDA	328.178	378.263	-13,2%	1.493.453	1.524.071	-2,0%

4.9) Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 142,3 milhões no 4T25, um aumento de 14,1% em relação ao 4T24. Em 2025, o resultado negativo somou R\$ 578,3 milhões, alta de 32,8% frente a 2024. Essa variação decorre, principalmente, do aumento das taxas de juros no período, que gerou acréscimo de R\$ 20,1 milhões nas despesas financeiras do 4T25 em relação ao 4T24 (R\$ 81,4 milhões em 2025 em relação a 2024). Adicionalmente, a receita financeira do trimestre foi menor, reflexo da redução do volume médio de caixa disponível.

4.10) Resultado Líquido

Prejuízo líquido de R\$ 34,3 milhões no 4T25 (prejuízo por ação de R\$ 0,22967) e lucro líquido de R\$ 98,3 milhões em 2025 (lucro por ação de R\$ 0,65689), uma redução em relação ao lucro líquido de R\$ 68,4 milhões no 4T24 (lucro por ação de R\$ 0,45728) e de R\$ 264,7 milhões em 2024 (lucro por ação de R\$ 1,76635).

5) INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 168,1 milhões no 4T25 e R\$ 554,0 milhões em 2025, representando reduções de 31,3% em relação ao 4T24 e de 18,3% frente a 2024. A retração decorre, principalmente, da diminuição dos investimentos, em linha com a volatilidade dos volumes do mercado, com destaque para o segmento de veículos comerciais na América do Norte e no Brasil.

6) LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 1.599,7 milhões, sendo 48,8% em reais e 51,2% em outras moedas.

O endividamento bruto consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulante) em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 5.631,5 milhões, estando R\$ 356,2 milhões (6,3%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.275,3 milhões (93,7%) no passivo não circulante.

Os principais indexadores do endividamento bruto consolidado ao final do 4T25 foram: (i) linhas em reais que representaram 44,4% (CDI + 1,2% ao ano), (ii) linhas em euros com 33,2% (3,5% ao ano), e (iii) linhas em dólares com 20,7% (5,4% ao ano).

O endividamento líquido⁴ consolidado em 31 de dezembro de 2025 atingiu R\$ 3.958,5 milhões, um aumento de 8,8% em relação a 31 de dezembro de 2024, e de 0,7% em relação a 30 de setembro de 2025.

O endividamento líquido no final do 4T25 representou 2,65x o EBITDA dos últimos 12 meses, enquanto ao final do 4T24 representava 2,39x.

7) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido consolidado atingiu R\$ 4.851,7 milhões (valor patrimonial por ação de R\$ 31,56) em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 4,3% em relação ao patrimônio líquido alcançado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 5.071,0 milhões e valor patrimonial por ação de R\$ 32,99).

O patrimônio líquido atribuído aos controladores atingiu R\$ 4.321,7 milhões (valor patrimonial por ação de R\$ 28,11) em 31 de dezembro de 2025, uma redução de 5,2% em relação ao patrimônio líquido atribuído aos controladores alcançado em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.557,9 milhões e valor patrimonial por ação de R\$ 29,65).

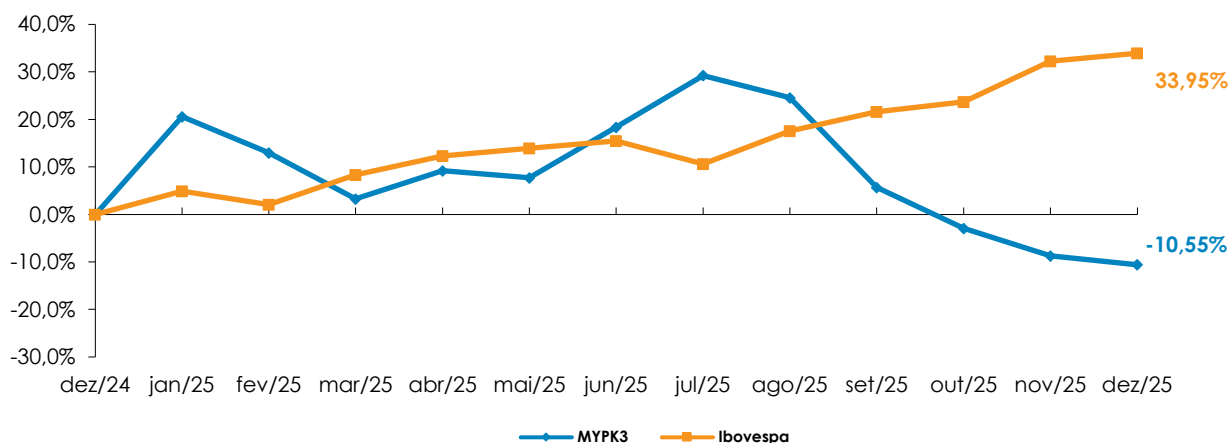
A variação no patrimônio líquido está relacionada ao resultado do período e à variação cambial que impacta o valor dos ativos líquidos no exterior (ajuste de avaliação patrimonial).

⁴ Endividamento bruto mais instrumentos financeiros derivativos passivos circulante e não circulante, menos caixa e equivalentes de caixa mais instrumentos financeiros derivativos ativos circulante e não circulante

8) MERCADO DE CAPITAIS

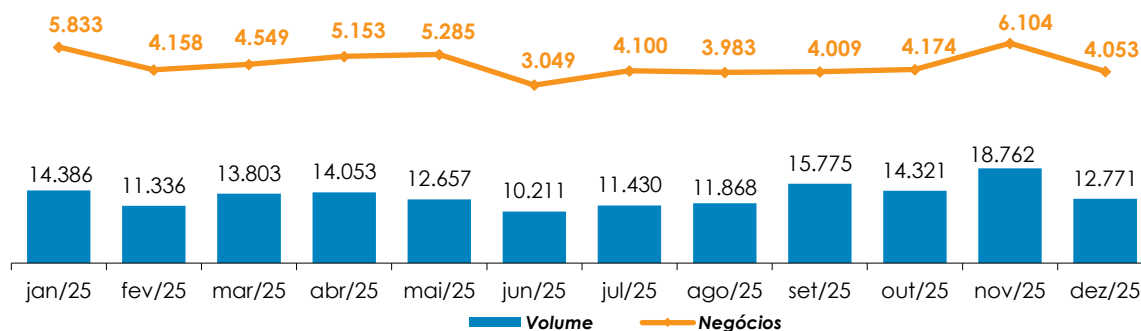
As ações ordinárias da Iochpe-Maxion (B3: MYPK3) encerraram o 4T25 cotadas a R\$ 10,09, uma redução de 15,4% no trimestre e de 10,5% nos últimos 12 meses. Ao final do 4T25 a Iochpe-Maxion atingiu uma capitalização (market cap) de R\$ 1.551,0 milhões (R\$ 1.734,0 milhões ao final do 4T24).

Variação das Ações – Últimos 12 meses



As ações da Iochpe-Maxion apresentaram no 4T25 um volume médio diário de negociação na B3 de R\$ 12,8 milhões (R\$ 13,8 milhões no 4T24) e um número médio diário de 4.462 negócios (5.348 negócios no 4T24).

Volume Médio Diário



9) PROVENTOS

O Estatuto Social e a Política de Destinação de Resultados da Iochpe-Maxion preveem a distribuição de 37% do lucro líquido (descontado o eventual prejuízo acumulado de exercícios anteriores) a título de dividendo obrigatório. Considerando (i) o lucro líquido em 2025 de R\$ 98,3 milhões, e (ii) a adoção do custo atribuído aos bens do ativo imobilizado e a sua depreciação, que gerou uma adição de R\$ 2,2 milhões ao lucro líquido; o montante do dividendo obrigatório referente ao exercício social de 2025 é de R\$ 37,2 milhões, o qual já foi integralmente distribuído aos acionistas por meio de juros sobre capital próprio ("JCP") aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de setembro de 2025, conforme facultado pelo artigo 39 do Estatuto Social.

O montante remanescente dos referidos JCP declarados pelo Conselho de Administração em 2025, já deduzido o IRRF, é de R\$ 5,0 milhões, tendo sido apropriado à conta de reserva de lucros existente no balanço da Companhia referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Dessa forma o montante total de JCP declarados em 2025, líquido de IRRF, foi de R\$ 42,2 milhões e o pagamento dos referidos JCP será realizado em 02 de abril de 2026, sem atualização monetária, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de fevereiro de 2026.

10) POLÍTICA DE EQUIDADE

Em conformidade com o §6º do art. 133 da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Lei nº 15.177/2025, apresentamos neste relatório a política de equidade adotada pela Companhia, bem como informações relativas à participação de mulheres em seu quadro de colaboradores.

A equidade no tratamento entre os seus colaboradores é um dos valores essenciais da Iochpe-Maxion, expressamente prevista no seu Código de Conduta e em sua política de Diversidade e Inclusão (D&I). A Companhia não admite conduta guiada por discriminação ou preconceito de nenhum tipo, incluindo aqueles relacionados a gênero, raça, etnia, nacionalidade e idade.

Nesse sentido, a Companhia possui políticas internas de cargos e salários que prezam pela igualdade de oportunidades e promovem uma cultura organizacional que valoriza a diversidade e combate quaisquer condutas discriminatórias, dentre elas, a discriminação salarial entre mulheres e homens.

A Iochpe-Maxion periodicamente monitora por meio de análises detalhadas e contextualizadas, os salários e remunerações dos seus colaboradores, com o fim de assegurar o cumprimento do seu compromisso ético e das disposições legais acerca da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens, prezando por um ambiente de trabalho justo e equitativo para todos os seus colaboradores.

10.1) Quantidade e proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico da companhia, incluindo as que ocupam cargos na administração

Níveis	2025					2024				
	Mulheres	%	Homens	%	Total	Mulheres	%	Homens	%	Total
1. Liderança	42	16%	215	84%	257	42	17%	209	83%	251
Administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária)	2	15%	11	85%	13	2	15%	11	85%	13
Diretores não estatutários	3	11%	24	89%	27	4	14%	24	86%	28
Gerentes	14	18%	66	83%	80	11	15%	60	85%	71
Supervisores	23	17%	114	83%	137	25	18%	114	82%	139
2. Não Liderança	890	13%	5.897	87%	6.787	856	12%	6.267	88%	7.123
Administrativos e técnicos	361	21%	1.330	79%	1.691	331	20%	1.338	80%	1.669
Operacional	417	9%	4.424	91%	4.841	390	8%	4.748	92%	5.138
Estagiário	64	47%	71	53%	135	70	49%	73	51%	143
Aprendiz	48	40%	72	60%	120	65	38%	108	62%	173
Total	932	13%	6.112	87%	7.044	898	12%	6.476	88%	7.374

*Foram desconsiderados colaboradores afastados por mais de 15 dias

10.2) Proporção da remuneração total entre homens e mulheres, por nível hierárquico

Níveis	% Remuneração Total Média das Mulheres em Relação aos Homens
1. Liderança	90%
Administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária)	85%
Diretores não estatutários	72%
Gerentes	100%
Supervisores	101%
2. Não Liderança	84%
Administrativos e técnicos	86%
Operacional	65%
Estagiário	85%
Aprendiz	100%
Total Geral	87%

Na determinação da remuneração dos colaboradores, são consideradas as especificidades de planos de cargos e salários validamente estabelecidos, incluindo fatores legítimos, tais como nível de senioridade, tempo de serviço, experiência profissional, habilidades específicas e performance individual.

Esta tabela apresenta os dados relativos ao exercício de 2025. Em razão de a Lei nº 15.177/2025 ter entrado em vigor após o encerramento do exercício social de 2024, a evolução comparativa do indicador aqui previsto, entre o exercício findo e o exercício imediatamente anterior, será apresentada a partir do próximo ano.

O quadro apresentado acima tem como base a remuneração fixa, variável e eventual média de colaboradores do sexo masculino, em 100% em todas as categorias. Dessa forma, os percentuais exibidos na tabela representam exclusivamente a remuneração total média feminina em relação a essa base masculina.

11) EVENTO SUBSEQUENTE

Conforme inicialmente divulgado no relatório da administração e nas notas explicativas às informações financeiras da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2022, em junho daquele ano as instalações da Maxis Wheels Holding GmbH (controlada indireta da Companhia), em Königswinter, Alemanha, foram inspecionadas pela autoridade antitruste alemã (Bundeskartellamt – “BKartA”) no contexto de uma investigação sobre suspeita de não conformidade com as leis concorrenciais relacionada a venda de rodas de alumínio para veículos leves.

Desde então, a controlada vem cooperando com a referida autoridade, com o suporte de assessores jurídicos externos, que auxiliaram a Companhia na condução de investigação interna.

Em janeiro de 2026, a Maxis Wheels Holding GmbH recebeu notificação formal do BKartA alegando não conformidade com certas regras concorrenciais aplicáveis relacionadas à venda de rodas de alumínio para veículos leves durante um determinado período limitado.

Com base na avaliação da administração sobre os fatos e circunstâncias disponíveis na data de reporte e após consulta aos assessores jurídicos externos, a Companhia observa que poderá haver saída de recursos, a depender do desfecho do processo; entretanto, nesta etapa, a Companhia não consegue fazer uma estimativa confiável do potencial efeito financeiro.

A notificação não implica prejuízo ao resultado final do processo administrativo. O arcabouço regulatório aplicável admite ampla variação de desfechos possíveis, e não houve, até o momento, indicação pela autoridade acerca do nível de potencial penalidade. Adicionalmente, não há precedentes de aplicação comparáveis que forneçam base confiável para mensuração. Trata-se de processo administrativo ainda em andamento de caráter não público, permanecendo incerto quanto ao seu prazo e resultado.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), não foi reconhecida provisão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e o assunto é divulgado como passivo contingente. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e o reavaliará à medida que novas informações se tornem disponíveis.

12) CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Novo Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

13) DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em observância às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025 e com o respectivo relatório do auditor independente.

As demonstrações financeiras da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), conforme emitido pelo International Accounting Standard Board.

O EBITDA não deve ser considerado como alternativa para o lucro líquido, como indicador de desempenho operacional da Companhia, ou alternativa para fluxo de caixa como um indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM 156 regulamentada em 01/08/22. Com isso, o EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido antes de juros, Imposto de Renda e Contribuição Social e depreciação/amortização.

Cruzeiro, 25 de fevereiro de 2026.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Iochpe-Maxion S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Iochpe-Maxion S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Iochpe-Maxion S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Avaliação de redução ao valor recuperável dos ágios

Por que é um PAA?

A Companhia possui saldos significativos de ágios registrados que podem apresentar risco de realização e, consequentemente, a redução de seus valores recuperáveis. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de ágio era de R\$2.041.241 mil. As divulgações da Companhia sobre as práticas contábeis e os saldos estão apresentadas, respectivamente, nas notas explicativas nº 4 e nº 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

Ao avaliar a redução ao valor recuperável desses ágios, a Diretoria usa de alto grau de julgamento para determinação das projeções de receitas, custos e despesas, bem como premissas para determinar as taxas de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou micro e macroeconômicas no mercado local e global.

Este tema foi considerado um principal assunto de auditoria em função: (i) da relevância dos valores; (ii) da complexidade e do elevado grau de julgamento envolvido para avaliar e desafiar as premissas e julgamentos da Administração sobre as projeções futuras de receitas, custos e despesas, bem como sobre a taxa de desconto aplicada.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a análise dos planos de negócios da Companhia, global e por unidade geradora de caixa, incluindo análises sobre as premissas de crescimento de receitas, custos e despesas; (ii) envolvimento do suporte técnico de especialistas em finanças corporativas para avaliação qualitativa da metodologia aplicada na determinação do valor recuperável dos ágios, bem como da taxa de desconto utilizada pela Diretoria; (iii) análise das premissas utilizadas pela diretoria na elaboração das projeções de resultados, e efetuamos testes matemáticos das projeções de resultados; (iv) análise de consistência entre os dados utilizados na elaboração das projeções e os dados contábeis, quando aplicável; (v) confirmação de que as informações utilizadas na elaboração das projeções de resultados são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado pelos responsáveis pela governança; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Companhia com relação ao assunto nas notas explicativas nº 4 e nº 13.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados na avaliação anual de valor recuperável dos ágios, identificamos deficiência na operação do controle interno, não remediada, sendo que esta não gerou efeitos sobre as demonstrações financeiras. Adicionalmente, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

ATIVO:	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	734.022	1.032.734	1.599.733	2.463.475
Contas a receber de clientes	6	159.196	183.178	1.333.705	1.449.118
Estoques	7	581.011	566.801	2.465.712	2.458.784
Impostos a recuperar	8	176.587	294.197	498.665	687.164
Despesas antecipadas		18.903	19.373	92.499	122.362
Instrumento financeiro derivativo	28	-	-	28.669	43.488
Outros créditos		46.240	100.743	198.934	166.556
Total do ativo circulante		1.715.959	2.197.026	6.217.917	7.390.947
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	29.629	34.817	132.726	133.072
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	66.293	64.687	284.018	334.035
Depósitos judiciais		51.708	70.416	56.891	76.742
Instrumento financeiro derivativo	28	-	-	45.656	244.805
Outros créditos		38.270	25.808	150.209	130.095
Investimentos	11	4.848.367	5.126.573	295.306	230.043
Imobilizado	12	1.231.087	1.195.787	4.841.597	4.968.505
Intangível	13	77.822	81.969	2.263.699	2.360.020
Direito de uso	14	9.892	3.995	104.465	93.107
Total do ativo não circulante		6.353.068	6.604.052	8.174.567	8.570.424
TOTAL DO ATIVO		8.069.027	8.801.078	14.392.484	15.961.371

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	140.676	357.646	356.196	614.709
Fornecedores	16	346.862	391.142	1.950.556	2.263.044
Obrigações fiscais	17	16.189	29.032	196.478	210.899
Obrigações sociais e trabalhistas	18	123.754	147.697	496.288	526.158
Adiantamentos de clientes		12.326	19.049	27.993	50.633
Instrumento financeiro derivativo	28	-	-	1.023	235
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		42.437	99.673	42.437	99.673
Outras obrigações		57.117	56.409	427.993	540.808
Total do passivo circulante		739.361	1.100.648	3.498.964	4.306.159
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.951.245	3.074.893	5.275.350	5.774.050
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	19	35.556	52.659	42.040	62.577
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	40.968	75.899
Passivo atuarial de plano de pensão	20	-	-	439.751	477.376
Outras obrigações		21.142	14.973	243.662	194.328
Total do passivo não circulante		3.007.943	3.142.525	6.041.771	6.584.230
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21.a	1.576.954	1.576.954	1.576.954	1.576.954
Reservas de lucros		862.297	807.705	862.297	807.705
Reserva de capital		3.061	3.061	3.061	3.061
Ações em tesouraria	21.d	(62.353)	(62.353)	(62.353)	(62.353)
Ajuste de avaliação patrimonial		1.941.764	2.232.538	1.941.764	2.232.538
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		4.321.723	4.557.905	4.321.723	4.557.905
Participação dos acionistas não controladores		-	-	530.026	513.077
Patrimônio líquido total		4.321.723	4.557.905	4.851.749	5.070.982
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.069.027	8.801.078	14.392.484	15.961.371

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	25	4.046.497	4.113.699	15.366.537	15.331.813
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	26	(3.461.683)	(3.445.612)	(13.515.765)	(13.510.380)
LUCRO BRUTO		584.814	668.087	1.850.772	1.821.433
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Com vendas	26	(10.048)	(9.297)	(81.429)	(76.150)
Gerais e administrativas	26	(194.576)	(159.237)	(793.373)	(698.533)
Honorários da Administração	10.a	(30.165)	(23.852)	(30.165)	(23.852)
Resultado de equivalência patrimonial	11.b	130.702	101.443	50.719	22.269
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(22.885)	(30.263)	(54.610)	(24.131)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		457.842	546.881	941.914	1.021.036
Receitas financeiras	23	88.466	169.092	135.659	220.456
Despesas financeiras	23	(470.989)	(412.941)	(660.432)	(641.289)
Variação cambial, líquida	24	(3.826)	7.020	(53.503)	(14.740)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		71.493	310.052	363.638	585.463
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	9.b	(25)	(24.254)	(170.172)	(202.379)
Diferidos	9.b	26.915	(21.079)	23.668	(3.000)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		98.383	264.719	217.134	380.084
ATRIBUÍVEL AOS:					
Acionistas controladores		98.383	264.719	98.383	264.719
Acionistas não controladores		-	-	118.751	115.365
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO:					
BÁSICO - R\$	30	0,65689	1,76635	0,65689	1,76635
DILUÍDO - R\$	30	0,65689	1,76635	0,65689	1,76635

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	98.383	264.719	217.134	380.084
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES:				
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Ganhos (Perdas) na mensuração de instrumentos financeiros, líquidos	(231)	2.598	(231)	2.598
Ganhos (Perdas) na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	(366.933)	812.698	(391.618)	908.457
Operações de Hedge Accounting				
Valor justo de "hedge" de fluxo de caixa, líquido de impostos	367	367	30.975	(16.751)
Valor justo de "hedge" de investimento líquido no exterior, líquido de impostos 28	49.081	(83.854)	49.081	(83.854)
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado				
Efeito de mudança de premissas atuariais, líquido de impostos	29.151	22.064	29.151	22.064
Total dos outros resultados abrangentes	(288.565)	753.873	(282.642)	832.514
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	(190.182)	1.018.592	(65.508)	1.212.598
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(190.182)	1.018.592	(190.182)	1.018.592
Acionistas não controladores	-	-	124.674	194.006
	(190.182)	1.018.592	(65.508)	1.212.598

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

	Reservas de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial						
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária de investimento e de capital de giro	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Custo atribuído ao ativo imobilizado	Outros resultados abrangentes	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.576.954	139.795	506.013	3.061	(55.539)	50.020	1.473.322	-	3.693.626	391.403	4.085.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	264.719	264.719	115.365	380.084
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	753.873	-	753.873	78.641	832.514
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	753.873	264.719	1.018.592	194.006	1.212.598
Ações em tesouraria adquiridas		-	-	-	-	(6.814)	-	-	-	(6.814)	-	(6.814)
Efeito hiperinflacionário sobre investimento em controlada em conju		-	-	-	-	-	-	(40.901)	-	(40.901)	-	(40.901)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	(3.776)	-	3.776	-	-	-
Dividendos destinados aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.332)	(72.332)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	21.c	-	13.425	-	-	-	-	-	(13.425)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital i	21.c	-	-	155.727	-	-	-	-	(155.727)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	21.c	-	-	(7.255)	-	-	-	-	-	(7.255)	-	(7.255)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(99.343)	(99.343)	-	(99.343)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		1.576.954	153.220	654.485	3.061	(62.353)	46.244	2.186.294	-	4.557.905	513.077	5.070.982
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	98.383	98.383	118.751	217.134
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	(288.565)	-	(288.565)	5.923	(282.642)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	-	-	(288.565)	98.383	(190.182)	124.674	(65.508)
Realização do custo atribuído, líquido dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	(2.209)	-	2.209	-	-	-
Dividendos destinados aos acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(107.725)	(107.725)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	21.c	-	5.030	-	-	-	-	-	(5.030)	-	-	-
Reserva estatutária de investimentos e de capital i	21.c	-	-	58.343	-	-	-	-	(58.343)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	21.c	-	-	(8.781)	-	-	-	-	(37.219)	(46.000)	-	(46.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		1.576.954	158.250	704.047	3.061	(62.353)	44.035	1.897.729	-	4.321.723	530.026	4.851.749

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		98.383	264.719	217.134	380.084
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	26	87.845	79.885	551.539	503.035
Imposto de renda e contribuição social	9.b	(26.890)	45.333	146.504	205.379
Custo residual de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso baixados	12, 13 e 14	1.571	4.586	10.417	28.387
Resultado de equivalência patrimonial	11.b	(130.702)	(101.443)	(50.719)	(22.269)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões e atualizações	19	(3.208)	(7.890)	3.888	(5.094)
Atualização de depósitos judiciais		(5.035)	(4.421)	(5.204)	(4.563)
Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	15 e 33	399.552	362.530	551.902	551.550
Juros sobre passivo de arrendamento	14	576	422	14.050	8.550
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	6	1.400	(1.779)	(3.413)	(4.129)
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	7	(2.389)	(442)	(2.301)	(3.913)
Despesa financeira (líquida) dos planos de pensão e benefícios pós-emprego		-	-	24.169	22.791
Perda (ganho) na venda de imobilizado		1.373	1.919	1.062	2.996
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	23 e 27	(1.272)	(6.026)	(5.461)	(10.888)
Perda na valorização da opção de compra de participação acionária		-	-	-	18.750
Valor justo sobre instrumento financeiro		-	(2.717)	-	(2.717)
Redução (aumento) no ativo:					
Contas a receber de clientes	6	22.582	(60.004)	55.153	113.649
Estoques	7	(11.821)	78.110	(114.095)	244.409
Outros créditos e demais contas		212.627	29.743	207.342	105.583
Aumento (redução) no passivo:					
Fornecedores	16 e 33	(44.280)	896.665	(120.490)	876.885
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego		-	-	(11.834)	(9.495)
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(13.895)	(6.864)	(23.547)	(11.856)
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias		(36.786)	38.996	(109.350)	47.150
Outras obrigações e demais contas		(56.808)	(67.405)	(288.928)	(233.418)
		492.823	1.543.917	1.047.818	2.800.856
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	15	(161.192)	(156.557)	(314.806)	(354.534)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(309.100)	(190.499)	(309.100)	(190.499)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	14	(576)	(422)	(13.550)	(8.214)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(84.248)	(50.612)
		(470.868)	(347.478)	(721.704)	(603.859)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		21.955	1.196.439	326.114	2.196.997
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital em controladas	11.b	(54.875)	(743.616)	-	-
Aumento de capital em coligadas	11.b	-	(21.546)	-	(21.546)
Aumento de capital em negócios em conjunto	11.b	-	-	(5.530)	-
Dividendos recebidos de coligadas e controladas em conjunto		126.715	(10.489)	27.715	(10.489)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	12 e 33	(91.054)	(67.145)	(508.565)	(588.662)
Aquisição de ativos intangíveis	13	-	-	(1.109)	(2.242)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(19.214)	(842.796)	(487.489)	(622.939)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captações de Debêntures	15	800.000	1.500.000	800.000	1.500.000
Captações de empréstimos e financiamentos	15	66.723	153.121	478.698	695.308
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	15	(246.000)	(878.440)	(785.663)	(2.444.384)
Amortização de debêntures - principal	15	(700.000)	(750.000)	(700.000)	(750.000)
Amortização passivo de arrendamento - principal		(4.092)	(2.563)	(53.335)	(33.388)
Amortização (Forfait)		(118.149)	(1.047.543)	(179.476)	(1.131.876)
Custo de transação		(5.479)	(8.885)	(5.479)	(8.885)
Pagamento de dividendos propostos e adicionais		(94.456)	(13.135)	(94.456)	(13.135)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	11.c	-	-	(107.941)	(83.154)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	21.d	-	(6.814)	-	(6.814)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(301.453)	(1.054.259)	(647.652)	(2.276.328)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(298.712)	(700.616)	(809.027)	(702.270)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior		-	-	(54.715)	203.379
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		1.032.734	1.733.350	2.463.475	2.962.366
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		734.022	1.032.734	1.599.733	2.463.475
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(298.712)	(700.616)	(863.742)	(498.891)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de mercadorias e bens	25	4.871.591	4.996.402	16.473.793	16.536.173
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa – Reversão	6	(1.400)	1.779	3.413	4.129
Receitas relativas a construção de ativos próprios		91.663	83.786	443.413	521.771
Outras receitas		35.314	34.503	106.072	107.432
		4.997.168	5.116.470	17.026.691	17.169.505
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (INCLUEM ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas		(1.906.562)	(1.978.456)	(7.667.322)	(7.954.076)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(777.480)	(697.751)	(3.472.843)	(3.412.987)
		(2.684.042)	(2.676.207)	(11.140.165)	(11.367.063)
VALOR ADICIONADO BRUTO		2.313.126	2.440.263	5.886.526	5.802.442
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	26	(87.845)	(79.885)	(551.539)	(503.035)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA E POR SUAS CONTROLADAS		2.225.281	2.360.378	5.334.987	5.299.407
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	11.b	130.702	101.443	50.719	22.269
Receitas financeiras	23	88.466	169.092	135.659	220.456
Variações cambiais, líquidas	24	(3.826)	7.020	(53.503)	(14.740)
		215.342	277.555	132.875	227.985
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		2.440.623	2.637.933	5.467.862	5.527.392
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		686.276	791.370	2.892.090	2.834.484
Benefícios		132.197	125.460	153.892	147.370
FGTS		64.422	48.347	69.491	52.262
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		461.246	390.549	862.566	786.840
Estaduais		512.473	562.079	583.827	614.504
Municipais		129	95	129	95
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros	23	478.818	427.501	669.076	666.862
Aluguéis		4.470	24.037	17.448	41.115
Remuneração de Capitais Próprios:					
Dividendos	21.c	-	29.148	-	29.148
Juros sobre o Capital Próprio	21.c	46.000	77.450	46.000	77.450
Lucros retidos		54.592	161.897	54.592	161.897
Participação dos não-controladores nos lucros retidos		-	-	118.751	115.365
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		2.440.623	2.637.933	5.467.862	5.527.392

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

1. Contexto operacional

A Ioche-Maxion S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Dr. Othon Barcellos, 83, na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, registrada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão com o código de negociação MYPK3.

As atividades da Companhia, de suas controladas, coligadas e de seus negócios em conjunto são desenvolvidas em 9 unidades no Brasil e 25 unidades no exterior. As informações sobre as principais operações da Companhia são apresentadas na nota explicativa nº 2.

Atualmente, a Companhia integra duas das carteiras dos índices ESG da B3, reafirmando seu compromisso com as melhores práticas de sustentabilidade. Desde 2021, faz parte da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que destaca empresas comprometidas com a gestão responsável e sustentável. Em 2025, passou a integrar o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), reforçando seu compromisso com a gestão eficiente das emissões de gases de efeito estufa (GEE).

A presença nesses índices reflete o alinhamento estratégico da Companhia às melhores práticas ambientais, sociais e de governança (ESG). Adicionalmente, a Companhia obteve a pontuação “A” no Carbon Disclosure Project (CDP), na categoria “Mudanças Climáticas”, evidenciando sua liderança global em transparência e engajamento na gestão climática, além de ser reconhecida com a medalha de Prata pela EcoVadis, destacando seu compromisso contínuo com práticas empresariais responsáveis nas dimensões ambiental, social e ética.

Entre 2024 e 2025, a Companhia também conquistou a Certificação TISAX (Trusted Information Security Assessment eXchange) em algumas de suas subsidiárias. Este certificado avalia a maturidade em segurança da informação entre as empresas da indústria automotiva, garantindo o tratamento seguro das informações, incluindo as transações comerciais entre os fabricantes e seus prestadores de serviço e fornecedores. A Companhia continua progredindo na implementação em suas demais subsidiárias, reforçando seu compromisso com a proteção da informação.

2. Empresas da Companhia

As atividades da Companhia e de suas controladas estão organizadas no segmento automotivo, divididas entre as unidades de rodas e componentes estruturais. A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Entidade	País	Atividades	31/12/2025		31/12/2024	
			Participação direta - %	Participação indireta - %	Participação direta - %	Participação indireta - %
Ioche-Maxion S.A. (Controladora - Cruzeiro)	Brasil	(a) (d) (e)	-	-	-	-
Filial São Paulo	Brasil	(h)	-	-	-	-
Filial Limeira Aço	Brasil	(b)	-	-	-	-
Filial Limeira Alumínio	Brasil	(c)	-	-	-	-
Filial Contagem	Brasil	(e)	-	-	-	-
Filial Resende	Brasil	(d)	-	-	-	-
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	Brasil	(c)	100	-	100	-
Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd.	China	(a)	100	-	100	-
Ioche-Maxion Austria GmbH	Áustria	(g)	100	-	100	-
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	Índia	(c)	-	100	-	100
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	Tailândia	(c)	-	100	-	100
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Turquia	(a) (b) (c)	-	60	-	60
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Turquia	(a)	-	60	-	60
Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd.	África do Sul	(c)	-	100	-	100
Maxion Wheels Japan K.K.	Japão	-	-	100	-	100
Maxion Wheels Czech s.r.o.	República Tcheca	(b) (c)	-	100	-	100
Maxion Wheels U.S.A. LLC	EUA	(f)	-	100	-	100
Maxion Wheels Sedalia LLC	EUA	(b)	-	100	-	100
Ioche Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	México	(g)	-	100	-	100
Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	México	(d) (e)	-	100	-	100
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	México	(a) (b) (c)	-	100	-	100
Maxion Wheels Holding GmbH	Alemanha	(g)	-	100	-	100
Maxion Wheels Werke GmbH	Alemanha	(a) (b)	-	100	-	100
Maxion Wheels Konigswinter GmbH	Alemanha	(g)	-	100	-	100
Maxion Wheels Immobilien GmbH	Alemanha	-	-	100	-	100
Kalyani Maxion Wheels Private Limited	Índia	(a) (b)	-	85	-	85
Maxion Wheels España S.L.	Espanha	(b)	-	100	-	100
Hayes Lemmerz Barcelona, S.L.	Espanha	-	-	100	-	100
Maxion Wheels Italia S.r.l.	Itália	(c)	-	100	-	100

(a) Fabricação e comercialização de rodas de aço para veículos comerciais.

(b) Fabricação e comercialização de rodas de aço para veículos leves.

(c) Fabricação e comercialização de rodas de alumínio para veículos leves.

(d) Fabricação e comercialização de componentes estruturais (chassis completos, longarinas e travessas) e estampados para veículos comerciais.

(e) Fabricação e comercialização de componentes estruturais (estampados, alavancas de freio de mão, conjunto de pedais, conjuntos soldados, peças estruturais e outros componentes automotivos) para veículos leves.

(f) Comercialização de rodas para veículos leves e comerciais.

(g) Empresa com participação acionária majoritária em uma ou mais empresas.

(h) Escritório corporativo da Companhia.

Participação em negócios em conjunto

Maxion Montich S.A.

A Companhia, por meio da Maxion Montich S.A. (“Maxion Montich”), seu negócio em conjunto localizado em Córdoba - Argentina, dedica-se à produção e comercialização de componentes estruturais pesados (chassis completos, longarinas e travessas), estampados e conjuntos soldados para veículos comerciais e leves.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o investimento no negócio em conjunto Maxion Montich com 50% de participação é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Polimetal S.A.

Conforme contrato de compra e venda firmado em 3 de novembro de 2025, a Companhia, através de sua controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, adquiriu 50,1% do capital social da Polimetal S.A. (“Polimetal”), uma sociedade anônima com sede na Província de San Luis, Argentina, fabricante de rodas de alumínio para veículos leves.

O valor da transação de US\$13.500 mil será pago da seguinte forma: (i) US\$3.000 mil na data da transação; (ii) US\$3.000 mil até novembro de 2026; e (iii) os US\$7.500 mil remanescentes de forma parcelada nos termos do contrato de compra e venda de ações. O valor total do investimento na Polimetal registrado pela Companhia foi de R\$72.594.

Até a aprovação desta demonstração financeira, a operação está em análise pelo órgão de defesa da concorrência da Argentina, pelo prazo e forma assinalados pela legislação aplicável daquele país, o qual adota o regime de notificação pós-consumação (post-closing). Até a aprovação da operação pelo referido órgão, a Companhia e as acionistas locais remanescentes administrarão a Polimetal de forma compartilhada conforme definição da IFRS 11 / PC 19 – Negócios em Conjunto. Atendida tal condição, a Companhia, através de sua controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, passará a controlar Polimetal.

Em conformidade com a IAS 28 / CPC 18 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo e posteriormente pelo método de equivalência patrimonial. Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras para publicação, a Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada dos ativos e passivos identificáveis da Polimetal para fins de mensuração inicial e determinação do valor justo do investimento. Assim, eventuais ajustes poderão ser registrados quando da conclusão dos procedimentos de mensuração exigidos pelas normas aplicáveis.

Participação em coligadas

Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.

A Companhia, por meio da Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A. (“AmstedMaxion”), sua coligada localizada na cidade de Cruzeiro, Estado de São Paulo, dedica-se à produção de fundidos industriais e rodas ferroviárias.

A AmstedMaxion, por meio de sua coligada Greenbrier Maxion Serviços e Equipamentos Ferroviários S.A. (“GreenbrierMaxionFerroviário”), localizada na cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, dedica-se à produção e comercialização de vagões ferroviários.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o investimento na AmstedMaxion, com 19,5% de participação, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

DongFeng Maxion Wheels Ltd.

A Companhia, por meio da DongFeng Maxion Wheels Ltd. (“DongFengMaxion”), sua coligada localizada em Suizhou, província de Hubei, China, produz e comercializa rodas de alumínio para veículos leves voltadas ao mercado chinês.

A Companhia exerce influência significativa na coligada, evidenciada pela indicação de membros do Conselho de Administração e outros direitos oriundos de um contrato de investimentos firmado com a DongFeng Motor Chassis Systems.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2025, o investimento na coligada DongFengMaxion, com 50% de participação, é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Os principais grupos das demonstrações financeiras do negócio em conjunto e das coligadas estão apresentados a seguir:

	Maxion Montich		AmstedMaxion		DongFengMaxion		Polimetal	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	03/11/2025
Balancos patrimoniais								
Ativo circulante	260.120	210.713	228.195	212.380	33.822	82.636	90.549	86.825
Ativo não circulante	120.854	134.693	418.115	411.800	161.832	190.246	56.302	54.660
Passivo circulante	(128.128)	(114.675)	(141.905)	(158.946)	(36.716)	(36.918)	(80.483)	(77.127)
Passivo não circulante	(352)	(650)	(164.696)	(105.098)	(104.352)	(146.634)	(241)	(230)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	252.378	229.965	173.252	183.669	27.291	44.666	33.130	32.128
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	116	116	166.457	176.467	27.295	44.664	32.997	32.000
Patrimônio líquido total	252.494	230.081	339.709	360.136	54.586	89.330	66.127	64.128
Demonstrações do resultado								
Receita líquida de vendas	603.014	632.208	600.872	669.310	66.869	58.663	15.948	-
Custo dos produtos vendidos	(493.958)	(559.902)	(491.603)	(550.037)	(87.608)	(74.068)	(14.267)	-
Despesas operacionais	(13.041)	(30.075)	5.162	(39.850)	(3.428)	(612)	(783)	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	31.438	6.971	(7.712)	(11.025)	(3.826)	(4.893)	(835)	-
Imposto de renda e contribuição social	(34.077)	(14.242)	(14.060)	9.967	-	-	(16)	-
Resultado líquido dos acionistas não controladores	(131)	(74)	-	-	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	93.245	34.886	92.659	78.365	(27.993)	(20.910)	47	-

Participações em fundos de venture capital

A Companhia, em parceria com a Autotech Ventures Management III, LLC, é membro de um fundo privado de venture capital sediado nos Estados Unidos, que reúne investimentos em startups promissoras do setor automotivo e do ramo de transporte terrestre, ao qual a Companhia terá acesso a programas de pesquisa e desenvolvimento, além de prioridade na aquisição de quotas e ações em futuras aberturas de capital dessas empresas. A participação no fundo tem caráter estratégico para os negócios da Companhia, com duração mínima de dez anos, iniciando no ano-calendário de 2022. O capital total comprometido com o fundo é de US\$5.500 mil, sendo o montante de aportes realizados até 31 de dezembro de 2025 de US\$3.146mil. Trata-se de um investimento financeiro registrado como “Outros créditos” no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo desta participação é de R\$ 17.752 .

Participações em sociedades de propósitos especiais

Em 20 de janeiro de 2023, as controladas indianas da Companhia celebraram contratos de subscrição de ações e de compra de energia solar, entre outros, visando uma parceria estratégica com a Vibrant Energy Holdings Private Limited, por meio de uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Akamu Solar Energy Private Limited, que atuará exclusivamente na geração e fornecimento de energia limpa e renovável para as referidas controladas da Companhia na Índia, que deterão aproximadamente 37,9% do capital social da SPE, mas sem exercer influência significativa. Dessa maneira, tal investimento será mensurado ao valor justo. Em 31 de dezembro de 2025, o montante atualizado, registrado como “Outros créditos”, é de R\$ 5.637

Investimentos financeiros em ações

Em 4 de maio de 2023, a Companhia por meio de sua subsidiária direta Iochpe-Maxion Austria GmbH, adquiriu 1.792.114 ações da empresa Forsee Power S.A., de origem francesa do ramo de baterias e eletro-mobilidade listada na Euronext Paris, bolsa de valores da França, pelo valor total de €5.000 mil, equivalente a R\$27.581.

Durante o segundo trimestre de 2025 a subsidiária direta Iochpe-Maxion Austria GmbH vendeu a totalidade de suas ações da empresa Forsee Power S.A.

3. Base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) - Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até 31 dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia nos direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto.
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes.
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais.
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre a Companhia e suas investidas são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Moeda funcional e de apresentação

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim de cada período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

As variações cambiais são reconhecidas no resultado no período em que ocorrem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, que fazem parte do custo desses ativos quando consideradas como ajustes aos custos com juros dos referidos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.
- Variações cambiais decorrentes de transações contratadas para proteção (“hedge”) contra riscos de câmbio.
- Nas demonstrações financeiras consolidadas, variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é provável de ocorrer, tampouco está planejada para um futuro previsível (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), são reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado mediante a alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em um componente separado da reserva de conversão de moeda estrangeira (atribuídas às participações minoritárias, conforme apropriado).

Na alienação de uma operação no exterior (isto, alienação da participação total da Companhia em uma operação no exterior, ou alienação envolvendo perda de controle sobre uma controlada que inclui operações no exterior ou alienação parcial de participação em acordo conjunto ou coligada que inclui uma operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira referente a essa operação atribuível aos proprietários da Companhia é reclassificado para o resultado.

Adicionalmente, no caso de alienação parcial de uma controlada que inclui operação no exterior que não represente perda de controle da Companhia sobre a controlada, as parcelas proporcionais das diferenças cambiais acumuladas são realocadas para participações minoritárias e não é reconhecida no resultado.

Para todas as demais alienações parciais (ou seja, as alienações parciais de coligadas ou acordos em conjunto que não representem perda significativa de influência ou controle conjunto da Companhia), a parcela proporcional das diferenças cambiais acumuladas é reclassificada para o resultado.

O ágio e os ajustes ao valor justo resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos da operação no exterior e convertidos com base na taxa de câmbio de fechamento. As diferenças cambiais são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Taxas de câmbio

As taxas de câmbio em reais (R\$) em vigor na data-base das demonstrações financeiras são as seguintes:

Taxa final	31/12/2025	31/12/2024
Dólar norte-americano - US\$	5,5024	6,1923
Euro - €	6,4692	6,4363
Taxa média	31/12/2025	31/12/2024
Dólar norte-americano - US\$	5,5855	5,3920
Euro - €	6,3095	5,8340

Uso de estimativas e julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem eventualmente divergir dessas estimativas.

As estimativas e suas premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no resultado a partir do exercício corrente.

A seguir são apresentadas as principais áreas de julgamentos e estimativas contábeis:

- Perdas de crédito esperadas.
- Perdas dos estoques.
- Método de depreciação e vida útil do ativo imobilizado.
- Avaliação do valor recuperável do ágio e demais ativos não financeiros.
- Imposto de renda e contribuição social.
- Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis.
- Obrigações de planos de pensão.
- Gestão de risco e instrumentos financeiros.
- Avaliação sobre se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável.

Investimentos em coligadas e negócios em conjunto (“*joint ventures*”)

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, no qual o investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*.

Consolidação das demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras consolidadas - incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Os principais procedimentos de consolidação incluem:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas, diretas e indiretas.
- Eliminação das transações intercompanhias, dos saldos e dos ganhos e das perdas não realizados em transações entre as empresas da Companhia. Perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação possua evidências de perda de valor (“*impairment*”) do ativo transferido.

4. Políticas contábeis materiais

4.1 ADOÇÃO DAS IFRSs NOVAS E REVISADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE

No exercício corrente, a Companhia avaliou as alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. Tais normas não tiveram impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1.1 Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade”.

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, afirmando que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A alteração à norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1.2 OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

A Orientação Técnica OCPC 10, aprovada pela Resolução CVM 223/24, estabelece diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono, permissões de emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO) no Brasil. Essas diretrizes devem ser rigorosamente seguidas em todas as fases, desde a originação, negociação e aquisição dos créditos até o seu uso para cumprimento das metas de descarbonização, incluindo a sua aposentadoria. Além disso, a Orientação também trata dos passivos associados, que podem decorrer tanto de obrigações legais quanto de acordos não formalizados, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta orientação não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.1.3 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

4.2 IFRSs NOVAS E REVISADAS EMITIDAS E AINDA NÃO APLICÁVEIS

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

4.2.1 Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.

Ainda sem data de vigência definida pelo IASB, as alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto tratam de eventuais ganhos e perdas decorrentes da perda de controle de uma controlada que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Como não existe data de vigência, a Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos desta alteração.

4.2.2 Alterações à IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras.

A IFRS 18 / CPC 51 substitui a IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração de resultado, transportando diversas das exigências na IAS 1 / CPC 26 (R1) / não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 / CPC 51 apresenta novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (“MPMs”) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 / CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos que esta nova norma trará, incluindo impactos sistêmicos para capturar as novas exigências da IFRS 18.

4.2.3 IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19.

4.2.4 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros.

As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40), emitidas pelo IASB, refinam a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco em pagamentos eletrônicos, características ESG em empréstimos e instrumentos sem recurso. Entre as principais mudanças, destaca-se:

- Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica;
- Classificação de ativos financeiros: Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo e ativos financeiros com características ‘non-recourse’; instrumentos contratualmente vinculado;
- Divulgações: Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia continua avaliando os potenciais impactos destas alterações, e não espera que tenham impactos materiais.

4.2.5 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais.

As alterações propostas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais, visam aprimorar a transparência e facilitar a compreensão das implicações financeiras dos contratos de eletricidade renovável, permitindo uma tomada de decisão mais informada sobre o impacto desses contratos no desempenho financeiro. As principais alterações são:

Alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

- **Uso Próprio (Own Use)** - As alterações esclarecem como os contratos de compra de eletricidade gerada por fontes variáveis (solar, eólica) podem atender aos critérios de "uso próprio" (exceção de não contabilização pelo valor justo) mesmo quando a geração é intermitente e dependente de condições climáticas.
- **Contabilidade de Hedge** - Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge; para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge.

Alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

- O IFRS 7 e o IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. As alterações aos requisitos de contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente a novas relações de hedge designadas a partir da data da adoção inicial.

4.2.6 Alterações ao IAS 21 – Tradução para Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu as alterações à norma IAS 21 que têm como objetivo reduzir a diversidade de práticas e melhorar a utilidade das informações quando uma entidade apresenta suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação classificada como hiperinflacionária. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Administração concluiu que não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

4.2.7 Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4.3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

a) Princípios gerais e critério de reconhecimento de receita

Receita de vendas de produtos

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A Companhia não fornece garantia além daquela prevista por lei, em linha com a prática no setor.

A receita de venda de produtos é reconhecida quando se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega dos produtos. O prazo normal de crédito é de 30 a 90 dias após a entrega.

Abatimentos por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Prestação de serviços

A receita de fabricação de ferramental é reconhecida com base no percentual de conclusão. O andamento da construção é medido com base na matéria prima e nas horas de trabalho incorridas até uma data-corte, como porcentual do total de horas de trabalho estimadas para cada contrato. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que os custos incorridos puderem ser recuperados. Isso é observado geralmente durante os estágios iniciais de fabricação, quando os ferramentais são submetidos a testes de qualidade pelo cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação, considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

c) Contas a receber de clientes

Registradas e mantidas no balanço pelo preço de transação dos títulos representativos desses créditos e deduzidas das perdas de crédito esperadas aplicando a abordagem simplificada, registrando as perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes.

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante o prazo contratual. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. Ademais, a Companhia constitui provisão para perdas para 100% das contas a receber vencidas há mais de 180 dias, uma vez que a experiência histórica indica que tais contas a receber em geral não são recuperáveis.

d) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

e) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas, quando aplicável. O custo médio inclui gastos incorridos na aquisição, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazer os estoques às localidades e condições de venda. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

A Companhia e suas controladas fazem estimativas para avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques, seguindo os critérios apresentados a seguir.

A provisão para perdas com estoques de giro lento é constituída com base na política definida pela Administração, que leva em consideração o histórico de consumo de quantidade item a item nos últimos 12 meses comparado com o saldo de estoques existentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras. Para aquelas quantidades que excederem o consumo histórico dos últimos 12 meses e que não exista nenhuma previsão de venda ou consumo futuro, a provisão para perdas em estoques é constituída entre a diferença do valor contábil e o seu valor recuperável.

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Registrado ao custo de aquisição ou construção e, quando aplicável, de juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

O imobilizado inclui, quando aplicável, todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e reconhecidos líquidos como outras receitas e despesas operacionais no resultado.

Pecas de reposição de máquinas, necessárias à normalidade do funcionamento de bens do imobilizado e que resultem em aumento da vida útil do bem em período superior a 12 meses, são classificadas como imobilizado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e o seu custo possa ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

Depreciação

Calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Terrenos e construções em andamento não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados no encerramento de cada exercício, e eventuais ajustes são reconhecidos, posteriormente, como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação é reconhecida de modo que seja feita a baixa contábil do custo ou a avaliação dos ativos, exceto terrenos e construções em andamento, deduzida dos seus valores residuais com base na vida útil anual, pelo método linear, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Edificações e benfeitorias	3%	3%
Máquinas e equipamentos	3%	4%
Peças de reposição	10%	12%
Ferramentais	4%	7%
Outros	1% a 8%	2% a 11%

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

	Consolidado
Relacionamento com clientes	5%
Software	6%
Direito de uso do terreno	2%
Marca	8%
Outros	1%

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no encerramento de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A carteira de clientes adquirida de terceiros foi identificada no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels e possui prazo de vida útil remanescente a ser amortizada completamente até 31 de janeiro de 2033.

As licenças de uso de sistemas computadorizados (“softwares”), incluindo os correspondentes gastos com implementação, e de sistemas de gestão empresarial adquiridos são capitalizadas e amortizadas também conforme a vida útil estimada dos ativos, e os gastos associados à manutenção destas são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion (Nantong) Wheels Co., Ltd. é amortizado linearmente pelo prazo de 50 anos, conforme previsto no contrato de concessão com a prefeitura local. O direito de uso do terreno onde se localiza a controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. será amortizado linearmente pelo prazo de 86 anos, conforme previsto no contrato.

A marca Hayes Lemmerz foi um ativo identificado no processo de aquisição da controlada Maxion Wheels, sendo amortizada linearmente até 31 de janeiro de 2035.

Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos são registrados como despesa, quando incorridos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. Os ativos intangíveis sem vida útil definida, compostos substancialmente pelos valores dos ágios pagos na aquisição de controladas são anualmente avaliados quanto à sua capacidade de recuperação ou quando indícios de não recuperação se fizerem presentes.

h) Redução ao valor recuperável dos ativos

Ativos

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo com vida indefinida não será recuperado, para os demais ativos, tal avaliação ocorre no momento em que há indícios de desvalorização. Caso tais evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre:

- (i) Seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo.
- (ii) Seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGCs).

Ágio

O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ao teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil do ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um dos seus ativos. Na alienação da unidade geradora de caixa, o valor atribuível do ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado no encerramento de cada exercício para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

i) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

j) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em decorrência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências passivas referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável do montante correspondente possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Reestruturações

A provisão é reconhecida quando a Companhia traça um plano formal detalhado para a reestruturação em linha com as diretrizes de negócios, havendo uma expectativa válida de que a reestruturação será iniciada com a implementação do plano ou o anúncio dos seus principais aspectos. A mensuração da provisão para reestruturação inclui apenas os gastos diretos resultantes da reestruturação, e não aqueles associados às atividades em andamento da entidade.

k) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Plano de benefício definido e benefícios de assistência à saúde pós-emprego

A Companhia patrocina um plano fechado de previdência do tipo benefício definido, o qual requer que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para funcionários em nível executivo. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo juros, e o retorno sobre ativos do plano (excluindo juros líquidos) são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial, com correspondente débito ou crédito a lucros retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorram. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração consolidada do resultado:

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganhos e perdas advindos de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais.
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

Plano de contribuição definida

As obrigações pelas contribuições a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados. No caso da Companhia, o plano de contribuição definida é representado por plano aberto caracterizado por contribuições fixas e sem risco atuarial ou de obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais por parte da Companhia.

l) Benefícios a colaboradores

Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados por parte dos colaboradores, a qual é vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão quando estão contratualmente obrigadas ou há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Remuneração baseada em ações

A Companhia e suas controladas possuem planos de incentivo de longo prazo no qual os beneficiários tem direito a receber prêmios em dinheiro referenciados em: (i) valorização das ações da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia.

m) Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas nas declarações de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando aplicável, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias quando aplicáveis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelas opções de compra de ações do plano de outorga, se houver, com efeito diluidor nos exercícios apresentados.

o) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

i) Custo amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: “Contas a receber de clientes” e “Outros créditos”.

ii) Valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: “Instrumentos financeiros derivativos que não tenham sido classificados como contabilidade de hedge de fluxo de caixa”.

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos financeiros derivativos designados como contabilidade de hedge com finalidade de proteção de fluxo de caixa e de redução à exposição cambial. Exemplo de ativo classificado nesta categoria: “Swap das Notes Units emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH”.

Mensuração inicial

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Para o contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos ativos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os ativos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge de fluxo de caixa.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber. A Companhia mensura a provisão para perdas para um instrumento financeiro em valor equivalente à perda de crédito esperada (PCE) durante a vida útil se o risco de crédito relacionado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, ou se o instrumento financeiro corresponder a um ativo financeiro sujeito a redução ao valor recuperável adquirido ou originado. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para a mensuração da provisão para perdas em um valor correspondente à PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento em determinadas circunstâncias.

Desreconhecimento

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

Passivos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros em: (i) custo amortizado; (ii) Valor justo por meio do resultado e (iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos do custo da transação (no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, e contas a pagar). A Companhia possui como passivos financeiros: contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

Observando a classificação dos passivos a mensuração subsequente será:

(i) Custo amortizado

Os passivos classificados como custo amortizado são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos e no reconhecimento da amortização.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Os passivos classificados a valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de hedge designada.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os passivos classificados dentro desse modelo são mensurados ao valor justo no final de cada período, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação é definitivamente extinta por meio da liquidação, compensação, cancelamento ou expiração do passivo.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *Hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item/objeto que está sendo protegido por hedge. A Companhia adota *hedge accounting* e designa certos derivativos como:

(i) Instrumentos derivativos designados para proteção de fluxo de caixa (cash flow hedge)

A Companhia, através de sua controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH, possui instrumentos financeiros derivativos contratados para administrar sua exposição aos riscos de taxa de câmbio e designadas como instrumentos de proteção em relação de hedge do fluxo de caixa.

No início dessas relações de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, juntamente com seus objetivos e sua estratégia de gestão de riscos para contratação de instrumentos derivativos. Além disso, no início do hedge, e em base contínua, a Companhia documenta se:

- Há uma relação econômica entre o item objeto de hedge e o instrumento de hedge, ou seja, há compensação das variações nos fluxos de caixa, atribuíveis ao risco protegido, do objeto e do instrumento de hedge; e
- O efeito do risco de crédito não prevalece sobre as variações no valor resultantes daquela relação econômica;

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos que são designados e qualificados como hedges de fluxos de caixa é reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulada em “Reserva de hedge de fluxo de caixa”, limitada à variação acumulada do valor justo do objeto de hedge desde o início da relação. Eventuais ganhos ou perdas relacionados à parcela não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado nos períodos nos quais o objeto de hedge afeta o resultado, na mesma linha que o objeto de hedge reconhecido.

A Companhia descontinua a contabilização de hedge apenas quando a relação de hedge (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. Qualquer ganho ou perda reconhecido em outros resultados abrangentes e acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa naquela data permanece no patrimônio líquido e é reclassificado para o resultado apenas quando ocorre a transação projetada. Quando não se espera mais que a transação projetada ocorra, o ganho ou a perda acumulada na reserva de hedge de fluxo de caixa é reclassificada imediatamente para o resultado.

(ii) Instrumentos derivativos designados para proteção de valor justo (*fair value hedge*)

A variação no valor justo de instrumentos derivativos qualificáveis é reconhecida no Resultado, exceto quando o derivativo proteger um instrumento patrimonial designado ao valor justo por meio de Outros Resultados Abrangentes, sendo a variação no valor justo do instrumento derivativo também reconhecida em Outros Resultados Abrangentes. Quando o ganho ou a perda do fair value hedge é reconhecido no Resultado, tal reconhecimento acontece na mesma rubrica do item objeto de hedge.

A Companhia descontinua a contabilização de fair value hedge apenas quando a relação de proteção (ou parte dela) deixa de atender os critérios de qualificação. Isso inclui circunstâncias nas quais o instrumento derivativo vence, é alienado, rescindido ou exercido. A descontinuação da relação de proteção é contabilizada prospectivamente, sendo qualquer ajuste ao valor justo do outrora item objeto de hedge amortizado no Resultado a partir daquela data.

(iii) Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior

A Companhia, por meio da Controladora, designou empréstimos em moeda estrangeira para a finalidade de hedge de investimentos líquidos em operações no exterior. Qualquer ganho ou perda decorrente de variação cambial dos contratos a termo em moeda estrangeira relacionado à parcela efetiva do hedge é reconhecido em Outros Resultados Abrangentes e acumulado na Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. O ganho ou a perda relacionada à parcela não efetiva deve ser reconhecido imediatamente no Resultado.

Os ganhos e as perdas do instrumento de hedge acumulados no Patrimônio Líquido são reclassificados para o Resultado mediante alienação ou alienação parcial da operação no exterior objeto do hedge.

O resumo da classificação dos instrumentos financeiros é como segue:

Ativo/Passivo financeiro	Classificação IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Custo amortizado
Outros créditos	Custo amortizado
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo por meio do resultado
Instrumentos Financeiros Derivativos (Contabilidade de Hedge)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais	Custo amortizado
Fornecedores	Custo amortizado
Outros passivos financeiros	Custo amortizado

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos:				
No Brasil	7.093	1.310	7.263	1.495
No exterior	-	-	779.963	1.179.461
Total	7.093	1.310	787.226	1.180.956
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
No Brasil	726.929	1.031.424	773.731	1.181.469
No exterior	-	-	38.776	101.050
Total	726.929	1.031.424	812.507	1.282.519
Total	734.022	1.032.734	1.599.733	2.463.475

Operações	Rentabilidade média em 31/12/2025	Liquidez	País	Controladora		Consolidado	
				31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Bancário - CDB	101,0% CDI	Imediata	Brasil	726.929	1.031.424	773.731	1.181.469
Aplicação em liras turcas	38,4% a.a.	Imediata	Turquia	-	-	36.300	44.507
Aplicação em dólares americanos	3,2% a.a.	Imediata	México	-	-	-	18.577
Aplicação em pesos mexicanos	9,0% a.a.	Imediata	México	-	-	2.476	37.966
Total				726.929	1.031.424	812.507	1.282.519

6. Contas a receber de clientes

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No País	112.721	122.939	157.553	144.534
No exterior	13.628	16.204	1.184.318	1.304.418
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	34.565	45.307	3.181	17.204
Provisão para expectativa de perdas de créditos	(1.718)	(1.272)	(11.347)	(17.038)
Total	159.196	183.178	1.333.705	1.449.118

Movimentação da provisão para expectativa de perdas de créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(1.272)	(3.705)	(17.038)	(18.856)
Valores recuperados	6.325	35.529	24.316	48.018
Valores baixados como incobráveis	954	654	1.493	1.272
Complementos	(7.725)	(33.750)	(20.903)	(43.889)
Variação cambial	-	-	785	(3.583)
Total	(1.718)	(1.272)	(11.347)	(17.038)

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de recebíveis cedidos sem direito de regresso, pendentes de pagamento pelos clientes conforme os vencimentos originais, representa uma diminuição de R\$(99.685) em relação ao saldo reportado em 31 de dezembro de 2024.

b) Saldos por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total a vencer:	115.215	152.495	1.235.218	1.303.569
Total vencidos:	45.699	31.955	109.834	162.587
De 1 a 30 dias	24.335	26.805	77.794	126.050
De 31 a 60 dias	3.332	1.913	9.793	12.254
De 61 a 90 dias	4.921	772	6.939	4.008
De 91 a 180 dias	7.187	543	8.541	6.849
Acima de 180 dias	5.924	1.922	6.767	13.426
Total	160.914	184.450	1.345.052	1.466.156

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	95.734	77.775	703.454	712.767
Produtos em elaboração e semi acabados	155.858	157.716	515.856	548.256
Ferramentais para revenda em elaboração	30.036	34.647	96.691	87.362
Matérias primas	153.907	160.379	600.888	579.893
Materiais auxiliares e de embalagens	158.443	146.849	636.962	641.471
Adiantamento a fornecedores	8.940	8.847	11.096	16.784
Importações em andamento	4.319	9.203	35.050	14.394
Provisão para perdas	(26.226)	(28.615)	(134.285)	(142.143)
Total	581.011	566.801	2.465.712	2.458.784

Movimentação da provisão para perdas dos estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	(28.615)	(29.057)	(142.143)	(124.635)
Complemento	(67.742)	(95.243)	(135.675)	(158.343)
Reversão	70.131	95.685	137.976	162.256
Variação cambial	-	-	5.557	(21.421)
Total	(26.226)	(28.615)	(134.285)	(142.143)

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	100.402	138.905	164.391	230.375
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	37.156	42.022	44.456	48.832
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	14.669	9.626	15.179	9.835
Créditos tributários de exportação - Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA	4.450	4.144	5.733	5.431
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	16.898	93.289	103.476	191.538
Programa de Integração Social – PIS	2.554	19.303	20.718	40.156
Outros	30.087	21.725	39.024	28.417
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA - controladas no exterior:				
México	-	-	184.739	212.274
Turquia	-	-	14.592	21.707
Alemanha	-	-	7.536	9.461
Tailândia	-	-	9.236	4.091
Outros países	-	-	22.311	18.119
Total	206.216	329.014	631.391	820.236
Circulante	176.587	294.197	498.665	687.164
Não circulante	29.629	34.817	132.726	133.072

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Diferidos

Os montantes do imposto de renda e da contribuição social diferidos reconhecidos no ativo e passivo não circulantes têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízos fiscais	134.078	101.831	260.354	248.257
Base negativa de contribuição social	54.190	42.269	70.712	59.541
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	12.089	17.904	22.937	29.179
Provisão para participação nos resultados	13.525	18.027	27.981	41.166
Provisão para perdas nos estoques	8.917	9.729	24.971	22.889
Provisão para expectativa de perdas de créditos	584	432	37.197	25.518
Provisão para passivo atuarial	-	-	62.756	72.504
Propriedade intelectual	-	-	44.836	59.215
Diferido sobre mais valia	22.978	22.025	22.978	22.025
Diferença de depreciação e amortização	(117.924)	(110.239)	(265.059)	(288.955)
Custo atribuído - imobilizado - CPC 27	(16.379)	(17.819)	(18.268)	(19.759)
Amortização fiscal de ágio	(40.466)	(40.466)	(40.466)	(40.466)
Outros	(5.299)	20.994	(7.879)	27.022
Total	66.293	64.687	243.050	258.136
Ativo tributário diferido líquido	66.293	64.687	284.018	334.035
Passivo tributário diferido líquido	-	-	(40.968)	(75.899)

Composição do crédito sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social – consolidado

	31/12/2025	31/12/2024
Ioche Maxion S.A. (controladora)	188.268	144.100
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	61.566	64.396
Ioche-Maxion Austria e controladas	81.232	99.302
Total	331.066	307.798

A Companhia também possui créditos tributários sobre prejuízos fiscais não reconhecidos nas demonstrações, gerados por algumas de suas controladas no exterior por não haver projeções suficientes de lucros tributáveis, conforme segue:

País	Valor	31/12/2025		31/12/2024
		Prescrição	Limite por ano	Valor
Estados Unidos da América - Federal	788.370	2026 a 2034	(ii)	708.394
Estados Unidos da América - Estadual	192.847	2025 a 2044	(i)	77.780
China	2.940	2025 a 2030	-	7.330
Espanha	216.504	não há	25% a 50%	182.001
África do Sul	146.325	não há	(iii)	113.482
Tailândia	200.279	2025 a 2030	não há	155.135
Áustria	371.937	não há	75%	257.207
México	3.684	2030 a 2035	-	5.740
Total	1.922.887			1.507.069

- (i) Depende do Estado onde foi apurado o crédito fiscal diferido.
- (ii) Para os prejuízos fiscais federais há diversas regras de utilização de acordo com a lei tributária local relacionadas ao ano em que cada prejuízo foi gerado e ao resultado tributável.
- (iii) A partir do ano de 2023 a utilização do prejuízo fiscal estará limitada ao maior valor entre Rand sul-africano 1 milhão e 80% do lucro fiscal da entidade.

Com base em projeções de lucros tributáveis aprovadas pelos órgãos da Administração anualmente, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, registrado no consolidado em 31 de dezembro de 2025, nos seguintes exercícios:

	31/12/2025
2026	24.792
2027	39.438
2028	48.176
2029	44.560
2030	53.966
2031 até 2035	120.134
Total	331.066

As estimativas de recuperação dos ativos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração premissas financeiras e de negócios.

b) Conciliação do crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	71.493	310.052	363.638	585.463
Alíquota nominal (%)	34	34	34	34
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota combinada	(24.308)	(105.418)	(123.637)	(199.057)
Resultado de equivalência patrimonial	44.439	34.491	17.245	7.571
Despesas indedutíveis	(7.477)	(3.393)	(42.240)	(39.913)
Crédito tributário não constituído sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal	-	-	(27.224)	(1.266)
Retenções na fonte e outros impostos não relacionados a rendimentos	-	-	(18.264)	(15.158)
Diferencial de alíquota das controladas do exterior (i)	-	-	1.832	(13.033)
Crédito tributário de controladas	-	-	83.481	30.665
Benefício dos projetos de inovação tecnológica	-	2.481	592	3.159
Benefício dos juros sobre capital próprio	15.639	26.332	15.640	26.333
Outros (ii)	(1.403)	174	(53.929)	(4.680)
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social no resultado	26.890	(45.333)	(146.504)	(205.379)
Correntes	(25)	(24.254)	(170.172)	(202.379)
Diferidos	26.915	(21.079)	23.668	(3.000)

(i) A variação nesta linha é explicada principalmente pela Companhia estar sujeita às regras do Imposto Mínimo Global, Pilar Dois, promulgadas em diferentes jurisdições em que opera. A Administração realizou as análises necessárias para cumprir com tais regras. Com base nesta análise a Companhia registrou R\$(15.666) em 2025 (R\$(35.045) em 2024) de imposto complementar na Turquia.

(ii) O valor registrado no período é principalmente influenciado pelos efeitos fiscais oriundo da inflação da Turquia e pela valorização e desvalorização das moedas locais em relação às moedas funcionais das subsidiárias da Companhia no México, na República Tcheca e na Turquia, no montante de R\$(39.698) em 2025 (R\$(75.174) em 2024). De acordo com CPC 32 e IAS 12, as subsidiárias da Companhia que possuem moedas funcionais diferentes de suas moedas locais devem reconhecer imposto de renda diferido sobre as variações cambiais associadas aos itens não-monetários. O imposto de renda diferido é reconhecido sobre a diferença temporária entre a base fiscal dos ativos não-monetários em moeda local e o valor contábil dos mesmos ativos em moeda funcional.

c) Alíquota nominal de imposto de renda da controladora e suas subsidiárias

País	Alíquota
Brasil	34,00
México	30,00
Estados Unidos da América	21,00
China	25,00
Alemanha	32,28
Espanha	25,00
Itália	27,90
República Tcheca	21,00
Tailândia	20,00
Turquia	25,00
Índia	25,17
África do Sul	27,00
Japão	34,77
Áustria	23,00

10. Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

	31/12/2025	31/12/2024
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	30.165	23.852
Pessoal-chave da Administração (salários e benefícios)	104.744	104.432
Participação nos resultados pactuados no Brasil (bônus)	6.447	11.649
Participação nos resultados pactuados no exterior (bônus)	31.614	39.525

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou contribuições ao plano de previdência privada no montante de R\$3.647 (R\$1.495 em 2024), em nome dos diretores estatutários e do pessoal-chave da Administração.

Os saldos da provisão do plano de incentivo de longo prazo outorgados aos diretores estatutários e ao pessoal-chave da Administração, estão descritos na nota explicativa nº 22.

b) Transações com partes relacionadas

Foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, de suas controladas, coligadas e negócios em conjunto operações de vendas de rodas e componentes estruturais. Tais transações possuem preços, prazos e condições de pagamento conforme condições estabelecidas entre as partes assim como se fossem praticadas com outras entidades distintas. Os prazos para liquidação destas operações estão entre 30 e 45 dias, de acordo com as condições estabelecidas entre as partes, e as liquidações destas operações ocorrem em conformidade com as demais transações da Companhia.

	31/12/2025			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	2.969	-	47.015	-
Ioche-Maxion Austria e controladas	31.384	289	170.718	-
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	-	-	10.414	11.070
Maxion Montich S.A.	212	-	88.100	-
Total	34.565	289	316.247	11.070

	31/12/2024			
	Ativo	Passivo	Resultado	
	Contas a receber	Fornecedores	Vendas	Compras
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	3.173	-	25.833	-
Ioche-Maxion Austria e controladas	27.998	-	145.739	-
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	104	690	2.630	15.377
Maxion Montich S.A.	14.032	91	90.037	-
Total	45.307	781	264.239	15.377

c) Avais concedidos

A Companhia, através de sua controladora, mantém os seguintes valores prestados como avais em operações mantidas por suas controladas referentes substancialmente aos empréstimos e financiamentos divulgados na nota explicativa nº 15:

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	110.711	126.454
Ioche-Maxion Austria GmbH	1.867.065	2.177.413
Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.	29.109	88.656
Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V.	423.323	474.824
Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd.	15.721	-

d) Empréstimos intercompany

A Companhia conduz seus empréstimos intercompanhias em conformidade com as condições de mercado vigentes. Essas transações são cuidadosamente monitoradas e documentadas, seguindo as normas contábeis, fiscais e regulamentações aplicáveis. Elas são realizadas em dólares norte-americanos (5,56% a.a.), coroas tchecas (5,63% a.a.) e euros (4,14% a.a.).

11. Investimentos

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Participação em controladas	4.628.472	4.896.530	-	-
Participação em coligadas	93.538	114.891	93.538	114.891
Participação em negócios em conjunto	126.189	114.984	201.600	114.984
Subtotal de investimentos	4.848.199	5.126.405	295.138	229.875
Outros investimentos	168	168	168	168
Total	4.848.367	5.126.573	295.306	230.043

b) Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Aquisição em 3/11/2025	Aumento (redução) de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	Saldo em 31/12/2025
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	435.036		-	-	1.382	29.803	(99.000)	367.221
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	141.013		-	(10.271)	-	(1.947)	-	128.795
lochpe Maxion Austria GmbH	4.320.481		54.875	(322.819)	27.769	52.151	-	4.132.457
Polimetal S.A	-	72.594	5.530	(2.736)	-	24	-	75.412
DongFeng Maxion Wheels Limited	44.665		-	(3.375)	-	(13.997)	-	27.293
Maxion Montich S.A	114.983		-	(30.468)	-	46.623	(4.949)	126.189
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	70.227		-	-	-	18.069	(22.052)	66.244
Total Controladora (i)	5.126.405	-	54.875	(366.933)	29.151	130.702	(126.001)	4.848.199
Total Consolidado (ii)	229.875	72.594	5.530	(36.579)	-	50.719	(27.001)	295.138

(i) A Polimetal S.A. é um negócio em conjunto sob a estrutura da controlada lochpe-Maxion Austria GmbH, e por este motivo não faz parte do subtotal Controladora.

(ii) No Consolidado, as controladas diretas são 100% consolidadas, e por este motivo apenas estão sendo consideradas as coligadas e negócios em conjunto.

	Saldo em 31/12/2023	Aumento (redução) de capital	Variação cambial sobre investimentos no exterior	Efeitos de mudanças de premissas atuariais	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	Outros	Saldo em 31/12/2024
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	402.631	-	-	8.887	23.518	-	-	435.036
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	112.940	-	27.812	-	261	-	-	141.013
lochpe Maxion Austria GmbH	2.801.960	743.616	706.332	13.178	55.395	-	-	4.320.481
DongFeng Maxion Wheels Limited	26.982	21.546	6.592	-	(10.455)	-	-	44.665
Maxion Montich S.A.	74.947	-	71.962	-	17.443	(8.468)	(40.901)	114.983
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	57.670	-	-	-	15.281	(2.724)	-	70.227
Total	3.477.130	765.162	812.698	22.065	101.443	(11.192)	(40.901)	5.126.405

c) Informações das empresas controladas diretas, negócios em conjunto e coligadas
31/12/2025

	Número de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	326.187.994	100	452.753	85.532	326.188	367.221	-	544.918	29.803
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd. (i)	-	100	164.033	35.238	471.115	128.795	-	74.741	(1.947)
Ioche Maxion Austria GmbH (i)	-	100	10.395.020	5.732.537	3.493.983	4.132.457	530.026	10.908.647	52.151
Polimetal S.A	206.068.407	50,1	146.851	80.724	153.683	33.130	32.997	15.948	47
DongFeng Maxion Wheels Limited (i)	-	50	195.654	141.068	192.570	54.586	-	66.869	(27.993)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	380.974	128.480	10.568	252.378	116	603.014	93.245
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	19,5	646.310	306.601	153.683	339.709	-	600.872	92.659

(i) De acordo com as respectivas legislações locais, o capital social não é representado por ações ou cotas.

31/12/2024

	Número de ações ou cotas (em lote de mil)	Participação no capital social (%)	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Maxion Wheels do Brasil Ltda.	326.187.994	100	533.771	98.735	326.188	435.036	-	431.583	23.518
Maxion (Nantong) Wheels, Co., Ltd.	-	100	172.676	31.663	508.457	141.013	-	88.046	261
Ioche Maxion Austria GmbH	-	100	11.473.651	6.640.093	3.419.662	4.320.481	513.077	10.899.236	55.395
DongFeng Maxion Wheels Limited	-	50	272.882	183.552	207.834	89.330	-	58.663	(20.910)
Maxion Montich S.A.	2.813	50	345.406	115.325	12.766	229.965	116	632.208	34.886
Amsted-Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S.A.	14.566.122	19,5	624.180	264.044	153.683	360.136	-	669.310	78.365

d) Detalhes sobre controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

Nome da controlada	Principal atividade	País	Participação de não controladores	
			31/12/2025	31/12/2024
Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.	Fabricação e comercialização de rodas	Turquia	40%	40%
Kalyani Maxion Wheels Limited	Fabricação e comercialização de rodas	Índia	15%	15%

As demonstrações financeiras resumidas relativas a cada uma das controladas nas quais existem participação de acionistas não controladores estão apresentadas a seguir, antes das eliminações de transações entre as demais controladas da Companhia:

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Balancos patrimoniais						
Ativo circulante	770.150	830.368	291.870	292.750	314.840	367.854
Ativo não circulante	844.839	749.395	114.920	116.858	103.970	125.840
Total do ativo	1.614.989	1.579.763	406.790	409.608	418.810	493.694
Passivo circulante	568.929	528.943	145.553	183.073	219.651	249.688
Passivo não circulante	39.626	66.118	11.909	14.145	14.354	15.740
Patrimônio líquido	1.006.434	984.702	249.328	212.390	184.805	228.266
Total do passivo e patrimônio líquido	1.614.989	1.579.763	406.790	409.608	418.810	493.694

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Demonstrações do resultado						
Receita líquida de vendas	2.420.204	2.091.780	936.642	809.933	612.019	617.989
Custo dos produtos vendidos	(2.000.658)	(1.727.606)	(780.190)	(690.957)	(510.553)	(530.271)
Lucro bruto	419.546	364.174	156.452	118.976	101.466	87.718
Despesas operacionais e financeiras, líquidas	(177.373)	(129.480)	(53.152)	(46.280)	(35.316)	(38.294)
Impostos sobre o lucro	(36.099)	(24.595)	(31.059)	(8.251)	(16.649)	(12.441)
Lucro líquido do exercício	206.074	210.099	72.241	64.445	49.501	36.983

	Maxion Inci Jant Sanayi, A.S.		Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S.		Kalyani Maxion Wheels Limited	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resumo do fluxo de caixa						
Operacional	275.421	333.505	83.527	105.506	62.507	64.232
Investimentos	(118.401)	(191.349)	(21.369)	(16.514)	(9.775)	(15.152)
Financiamentos	(213.175)	(115.795)	(43.485)	(81.242)	(46.441)	(4.303)
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	1.373	17.631	(1.249)	4.003	(15.856)	19.398
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(54.782)	43.992	17.424	11.752	(9.565)	64.175

Em 2025, foram destinados e pagos a título de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores os montantes de R\$83.420 (€13.120mil) e R\$16.206 (€2.600mil) nas controladas indiretas Maxion Inci Jant Sanayi, A.S. e Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. respectivamente. Em 2025, foram destinados e pagos a títulos de dividendos obrigatórios para os acionistas não controladores o montante de R\$8.099 (121.754mil rupias) na controlada indireta Kalyani Maxion Wheels Private Limited.

12. Imobilizado

a) Controladora

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (i)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros (vi)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	293.159	525.332	26.452	231.876	19.004	6.131	67.464	1.169.418
Adições	-	-	-	70.596	-	-	17.598	88.194
Juros capitalizados	-	-	-	14.592	-	-	-	14.592
Baixas líquidas	-	(1.869)	-	(52)	-	-	(2.624)	(4.545)
Depreciação	(16.988)	(41.168)	-	-	(2.509)	(782)	(9.021)	(70.468)
Transferências	36.446	164.556	-	(203.224)	4.653	999	(4.834)	(1.404)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	312.617	646.851	26.452	113.788	21.148	6.348	68.583	1.195.787
Adições	-	-	-	83.834	-	-	25.295	109.129
Juros capitalizados (v)	-	-	-	7.829	-	-	-	7.829
Baixas líquidas	(2)	(199)	-	-	-	(1)	(1.364)	(1.566)
Depreciação	(17.671)	(46.794)	-	-	(3.838)	(788)	(9.167)	(78.258)
Transferências	13.139	70.784	-	(83.885)	3.708	-	(5.580)	(1.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	308.083	670.642	26.452	121.566	21.018	5.559	77.767	1.231.087
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	530.173	1.279.868	26.452	113.788	35.295	20.769	206.139	2.212.484
Depreciação acumulada	(217.556)	(633.017)	-	-	(14.147)	(14.421)	(137.556)	(1.016.697)
Saldo contábil líquido	312.617	646.851	26.452	113.788	21.148	6.348	68.583	1.195.787
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	543.144	1.349.594	26.452	121.566	38.624	20.766	219.409	2.319.555
Depreciação acumulada	(235.061)	(678.952)	-	-	(17.606)	(15.207)	(141.642)	(1.088.468)
Saldo contábil líquido	308.083	670.642	26.452	121.566	21.018	5.559	77.767	1.231.087

b) Consolidado

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (ii)	Peças de reposição de máquinas	Ferramentais	Outros (vi)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	868.424	1.928.415	289.095	628.351	94.103	54.143	181.464	4.043.995
Adições	567	13.769	495	496.199	36.327	9.953	118.691	676.001
Juros capitalizados	-	-	-	25.514	-	-	-	25.514
Baixas líquidas	(322)	(2.871)	-	(9.495)	(8.512)	(728)	(3.224)	(25.152)
Depreciação	(55.581)	(283.513)	-	-	(36.379)	(24.485)	(30.369)	(430.327)
Transferências	94.726	427.875	(224)	(524.182)	23.315	18.292	(39.599)	203
Variação cambial	131.727	315.507	56.926	113.271	17.635	11.268	31.937	678.271
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.039.541	2.399.182	346.292	729.658	126.489	68.443	258.900	4.968.505
Adições (iii)	2.190	26.144	39	434.770	14.131	4.851	70.737	552.862
Juros capitalizados (v)	-	-	-	8.643	-	-	-	8.643
Baixas líquidas	(4)	(1.426)	-	(2.065)	(4.022)	(94)	(1.763)	(9.374)
Depreciação	(59.316)	(303.296)	-	-	(42.023)	(22.275)	(40.889)	(467.799)
Transferências (iv)	26.927	184.112	(39)	(173.702)	13.251	6.349	(59.411)	(2.513)
Variação cambial	(43.523)	(109.600)	(8.822)	(28.121)	(4.251)	(3.437)	(10.973)	(208.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	965.815	2.195.116	337.470	969.183	103.575	53.837	216.601	4.841.597
Em 31 de dezembro de 2024								
Custo	1.942.741	7.191.188	346.292	729.658	360.772	371.761	661.750	11.604.162
Depreciação acumulada	(903.200)	(4.792.006)	-	-	(234.283)	(303.318)	(402.850)	(6.635.657)
Saldo contábil líquido	1.039.541	2.399.182	346.292	729.658	126.489	68.443	258.900	4.968.505
Em 31 de dezembro de 2025								
Custo	1.890.960	7.057.582	337.470	969.183	352.889	323.911	676.685	11.608.680
Depreciação acumulada	(925.145)	(4.862.466)	-	-	(249.314)	(270.074)	(460.084)	(6.767.083)
Saldo contábil líquido	965.815	2.195.116	337.470	969.183	103.575	53.837	216.601	4.841.597

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, são compostas por: (1) edificações, no montante de R\$ 5.405 (R\$ 3.757 em 31 de dezembro de 2024); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 90.688 (R\$ 87.169 em 31 de dezembro de 2024); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 25.473 (R\$ 22.862 em 31 de dezembro de 2024), referentes à unidade de Cruzeiro.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, são compostas por: (1) edificações, no montante de R\$ 8.450 (R\$ 8.581 em 31 de dezembro de 2024); (2) máquinas e equipamentos, no montante de R\$ 913.913 (R\$ 681.122 em 31 de dezembro de 2024); e (3) outros ativos, no montante de R\$ 46.820 (R\$ 39.955 em 31 de dezembro de 2024), referentes sobretudo às unidades de Cruzeiro, México e Turquia.
- (iii) Do total de adições no exercício, a maior parte das aplicações de recursos foi realizada pelas unidades da Turquia, México e Cruzeiro nos montantes de R\$187.109, R\$148.207 e R\$59.249, respectivamente.
- (iv) Em 2025, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível", no montante de R\$(2.513). Em 2024, contemplam transferências realizadas entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Intangível" no valor de R\$(2.162), e entre as rubricas "Ativo imobilizado" e "Estoque" no valor de R\$2.365.
- (v) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a capitalização de juros de empréstimos no montante de R\$8.643, dentre os quais R\$7.829 referentes a custos financeiros vinculados a projetos de longo prazo para aumento de capital produtivo e revitalização das áreas fabris da Controladora e R\$814 para expansão da planta e ampliação de linhas de produção em controlada no México. A Companhia e suas controladas capitalizam os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis e a taxa média de encargos em 31 de dezembro de 2025 foi de 13,42% a.a.
- (vi) A rubrica "outros" é composta por moldes, móveis e utensílios, veículos, equipamentos de TI e adiantamento a fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2025, não há indicadores de perda no valor contábil desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº4.

13. Intangível – consolidado

Ativos com vida útil definida	Relacionamento com clientes	Software	Direito de uso do terreno	Marca	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	73.804	72.548	21.681	78.067	950	247.050
Adições	-	2.242	-	-	-	2.242
Amortização	(10.049)	(10.563)	(411)	(10.630)	(349)	(32.002)
Transferências (i)	-	2.426	-	-	(264)	2.162
Variação cambial	13.913	895	5.228	14.717	85	34.838
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.668	67.548	26.498	82.154	422	254.290
Adições	-	1.109	-	-	-	1.109
Baixas líquidas	-	(5)	-	-	-	(5)
Amortização	(10.872)	(9.170)	(418)	(11.500)	(161)	(32.121)
Transferências (i)	-	2.503	-	239	(229)	2.513
Variação cambial	117	(94)	(3.466)	125	(10)	(3.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	66.913	61.891	22.614	71.018	22	222.458
Em 31 de dezembro de 2024						
Custo	220.120	141.239	31.689	139.469	58.196	590.713
Depreciação acumulada	(142.452)	(73.691)	(5.191)	(57.315)	(57.774)	(336.423)
Saldo contábil líquido	77.668	67.548	26.498	82.154	422	254.290
Em 31 de dezembro de 2025						
Custo	221.245	141.357	27.730	140.404	58.309	589.045
Depreciação acumulada	(154.332)	(79.466)	(5.116)	(69.386)	(58.287)	(366.587)
Saldo contábil líquido	66.913	61.891	22.614	71.018	22	222.458

(i) Transferências realizadas entre as rubricas “Ativo imobilizado” e “Intangível” (vide nota explicativa nº 12. b) item (iv)).

Ativos com vida útil indefinida - Goodwill	Ioche-Maxion Austria GmbH	Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.	Meritor Comércio e Indústria de Sistemas Automotivos Ltda.	Iochepe Sistemas Automotivos de México S.A. de C.V.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.197.754	501.341	20.292	2.870	1.722.257
Variação cambial	242.769	139.903	-	801	383.473
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.440.523	641.244	20.292	3.671	2.105.730
Variação cambial	7.363	(71.443)	-	(409)	(64.489)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.447.886	569.801	20.292	3.262	2.041.241

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu uma capitalização (market cap) de R\$1.551.030 e Patrimônio Líquido de R\$4.851.749. A Companhia realizou testes de recuperabilidade dos saldos dos ágios demonstrados na tabela anterior. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de desconto. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócio da Companhia, bem como em dados comparáveis de mercado, e representam a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados.

A avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos, e a partir de então é considerada a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As taxas de desconto utilizadas para extrapolar as projeções de 31 de dezembro de 2025 variaram entre 7,5% a 16,1% ao ano, dependendo da UGC analisada, e a taxa de crescimento utilizada foi de 2,0% ao ano para a avaliação do valor em uso.

O teste de recuperação dos saldos de ágios e ativos líquidos da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das taxas de descontos e taxas de crescimento da perpetuidade, dados os seus impactos importantes nos fluxos de caixa e no valor em uso. Um acréscimo ou decréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada UGC não resultaria na necessidade de reconhecimento de perda.

14. Direito de uso e passivo de arrendamento – consolidado

a) Direito de uso

Ativos com vida útil definida	Equipamentos de informática	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Empilhadeiras	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.378	22.365	16.359	14.573	17.586	74.261
Adições	349	2.332	8.651	24.106	9.218	44.656
Baixas líquidas	(23)	(665)	-	(600)	(1.947)	(3.235)
Amortização	(1.167)	(9.300)	(6.432)	(10.249)	(9.691)	(36.839)
Transferências	-	-	-	110	(110)	-
Variação cambial	101	4.232	2.508	3.769	3.654	14.264
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.638	18.964	21.086	31.709	18.710	93.107
Adições	3.730	9.348	5.596	37.721	10.099	66.494
Baixas líquidas	(73)	(497)	(227)	(5)	(236)	(1.038)
Amortização	(2.340)	(15.931)	(6.080)	(16.778)	(11.507)	(52.636)
Transferências	-	207	(6.542)	6.720	(385)	-
Variação cambial	283	(1.247)	(457)	(451)	410	(1.462)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.238	10.844	13.376	58.916	17.091	104.465

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o montante total acumulado de despesas com arrendamentos classificados como curto prazo e ativos de baixo valor é de R\$ 28.076 (R\$37.420 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, não há indicativos de perda no valor contábil desses ativos, conforme descrito na nota explicativa nº4.

b) Passivo de arrendamento

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	78.817
Captação	44.656
Pagamentos	(33.384)
Apropriação de juros	8.214
Pagamento de juros	(8.214)
Baixas	(1.711)
Variação cambial	14.880
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.258
Captação	66.495
Pagamentos	(53.336)
Apropriação de juros	13.549
Pagamento de juros	(13.549)
Baixas	1.320
Variação cambial	(1.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	115.932
Circulante	44.621
Não circulante	71.311

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem os seguintes prazos de vencimento:

2027	40.641
2028	19.014
2029	11.429
2030 e acima	227
	71.311

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Moeda	Taxa média de juros	Última data de vencimento	Custo da transação amortizado	Saldo do custo da transação a amortizar	31/12/2025	31/12/2024
Moeda nacional							
FINAME	R\$	Selic +3.04% a.a	Maio de 2028	552	-	-	291.753
FINEP (iii)	R\$	TR +2.3% a.a	Fevereiro de 2041	36	(1.083)	65.762	-
Nota de Crédito à Exportação – NCE (ii)	R\$	CDI +0.9% a.a	Agosto de 2026	-	-	50.888	103.274
Operações com Forfait	R\$	11.43% a.a	Janeiro de 2025	-	-	-	118.024
Total de empréstimos e financiamentos - Moeda nacional (i)				588	(1.083)	116.650	513.051
Moeda estrangeira							
Cédula de Crédito Bancário - EXIM - (i) (iv)	US\$	5.46% a.a	Junho de 2029	327	(537)	594.013	668.288
Empréstimo de longo prazo (v)	Rupia	1y MCLR +0.4% a.a	Janeiro de 2026	229	-	216	4.053
Empréstimo de longo prazo (v)	Rupia	3m T Bill +0.4% a.a	Fevereiro de 2025	-	-	-	181
Empréstimo de longo prazo (v)	Rupia	1m MCLR +0.4% a.a	Fevereiro de 2029	-	-	13.585	24.444
Empréstimo de longo prazo (vi)	Rupia	3m T Bill +0.6% a.a	Março de 2028	-	-	27.553	47.034
Sustainability-linked Notes Units	US\$	5% a.a	Maio de 2028	5.986	(3.112)	329.462	369.270
Sustainability-linked Notes Units (vii)	Euro	3.5% a.a	Maio de 2028	32.912	(17.792)	1.867.065	2.093.666
Capital de giro (viii)	US\$	SOFR 3m +1.78% a.a	Agosto de 2027	-	-	204.572	232.008
Operações com Forfait (ix)	US\$	6.73% a.a	Fevereiro de 2026	-	-	35.897	-
Capital de giro (x)	Euro	0% a.a	Janeiro de 2027	-	-	1.465	13.525
Capital de giro	Euro	Euribor 3m +2.1% a.a	Junho de 2027	-	-	-	83.747
Capital de giro	Rupia	8.2% a.a	Janeiro de 2026	-	-	28.781	28.316
Capital de giro (v)	Rupia	7.9% a.a	Maio de 2026	-	-	15.308	35.988
Capital de giro (v)	Rupia	1m MCLR +0% a.a	Outubro de 2025	-	-	-	23.988
Capital de giro	Baht	3% a.a	Março de 2026	-	-	15.721	-
Total de empréstimos e financiamentos - Moeda estrangeira				39.454	(21.441)	3.133.638	3.624.508
Total de empréstimos e financiamentos				40.042	(22.524)	3.250.288	4.137.559
Debêntures							
Debêntures simples da 12ª emissão - série única (xi)	R\$	CDI +2% a.a	Setembro de 2028	560	-	-	718.031
Debêntures simples da 13ª emissão - série única (xi)	R\$	CDI +1.6% a.a	Abril de 2030	1.280	(3.326)	775.780	768.276
Debêntures simples da 14ª emissão - série única (xi)	R\$	CDI +1.35% a.a	Outubro de 2028	1.176	(2.857)	772.962	764.893
Debêntures simples da 15ª emissão - série única (xi)	R\$	CDI +1.55% a.a	Fevereiro de 2030	517	(2.350)	530.520	-
Debêntures simples da 16ª emissão - série única (xi)	R\$	CDI +1.45% a.a	Junho de 2030	169	(1.307)	301.996	-
Total de debêntures (i) (xii)				3.702	(9.840)	2.381.258	2.251.200
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures				43.744	(32.364)	5.631.546	6.388.759
Passivo circulante						368.027	626.440
Custos a amortizar						(11.831)	(11.731)
Total						356.196	614.709
Passivo não circulante						5.295.883	5.803.625
Custos a amortizar						(20.533)	(29.575)
Total						5.275.350	5.774.050

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures da Controladora.

(ii) Representa o valor nominal de R\$50.000 decorrente de empréstimo captado pela Companhia durante o ano de 2022, com o banco Intesa Sanpaolo.

(iii) Refere-se a primeira liberação de caixa, no valor de R\$66.723, do contrato firmado com a Financiadora de Estudos e Projetos ("FINEP"), para financiar gastos incorridos na elaboração e execução do plano estratégico de inovação aprovado pela FINEP no valor total de R\$357.287 e carência de pagamento de 4 anos. O plano abrange a busca de novos materiais, processos especiais aplicados a eletrificação, reciclagem e transformação digital.

(iv) Empréstimo firmado diretamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, designado como instrumento de hedge para proteção do investimento líquido na subsidiária Ioche Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano, com o propósito a mitigação do risco de exposição da Companhia a risco cambial sobre esse investimento. Maiores detalhes na nota explicativa nº 28 Gestão de risco. Tal financiamento é garantido pelo imobilizado da planta de Cruzeiro.

(v) Saldo de empréstimos com aval concedido pela Companhia para a controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd.

- (vi) No segundo trimestre de 2022, a controlada Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. captou INR\$800.000.
- (vii) Para mitigar o risco de variação cambial, a subsidiária Ioche-Maxion Áustria contratou um instrumento financeiro derivativo. Maiores detalhes na seção “Sustainability-linked Notes Units” abaixo e na nota explicativa nº 28 Gestão de risco.
- (viii) Refere-se a capital de giro no valor de US\$20.000mil e US\$ 17.000 mil captado pelas controladas indiretas Ingenieria y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. e Maxion Wheels de Mexico S. de R.L. De C.V. respectivamente.
- (ix) A Companhia possui convênios de pagamentos com instituições financeiras e contratos de risco sacado (*forfait*) que possibilitam que determinados fornecedores optem pela cessão de seus créditos a receber da Companhia mediante aceitação das instituições financeiras por adquirir ou não os referidos recebíveis.
- (x) Refere-se ao saldo remanescente de empréstimo captado em julho de 2011 pela controlada indireta Maxion Wheels España S.L., com vencimento final em janeiro de 2027.
- (xi) Veja detalhes na seção “Debêntures”.

Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.447.285	6.765.533
Captações	1.653.121	2.195.308
Provisão de juros e variação cambial	500.977	700.919
Amortização do principal	(1.628.440)	(3.194.384)
Pagamento de juros	(347.056)	(545.035)
Custo a amortizar	(8.885)	(8.885)
Variação cambial na conversão	-	731.536
Ajuste de valor justo	145	145
Operações de “Forfait”, líquidas	(184.608)	(256.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.432.539	6.388.759
Captações	866.723	1.278.698
Provisão de juros e variação cambial	332.581	487.250
Amortização do principal	(946.000)	(1.485.663)
Pagamento de juros	(470.292)	(623.906)
Custo a amortizar	(5.481)	(5.481)
Variação cambial na conversão	-	(325.031)
Operações de “Forfait”, líquidas	(118.149)	(83.080)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	3.091.921	5.631.546

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas registradas no passivo não circulante possuem os seguintes prazos de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2027	374.076	501.694
2028	1.063.171	3.259.613
2029	805.526	805.571
2030	653.184	653.184
2031 em diante	55.288	55.288
Total	2.951.245	5.275.350

Os empréstimos de capital de giro denominados em moeda estrangeira mantidos pelas controladas do exterior são garantidos por avais da Companhia no valor líquido de R\$235.601 (R\$375.733 em 31 de dezembro de 2024).

Debêntures

As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizado em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntures	Categoria	Principal na data de emissão	Data de emissão	Vencimento final	Encargos financeiros	Valor em 31/12/2025
Debêntures simples da 13ª emissão - série única	Simples	750.000	02/04/2024	02/04/2030	100% CDI +1,60% a.a.	775.780
Debêntures simples da 14ª emissão - série única	Simples	750.000	10/10/2024	10/10/2028	100% CDI +1,35% a.a.	772.962
Debêntures simples da 15ª emissão - série única	Simples	500.000	05/02/2025	05/02/2030	100% CDI +1,55% a.a.	530.520
Debêntures simples da 16ª emissão - série única	Simples	300.000	04/06/2025	04/06/2030	100% CDI +1,45% a.a.	301.996

Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou a 15ª emissão de debêntures simples sem *covenants* financeiros, e o resgate antecipado da totalidade das debêntures da sua 12ª emissão, com o consequente cancelamento destas debêntures e a extinção de todas as obrigações da Companhia com relação a tal emissão, conforme divulgado na nota explicativa nº 34 Eventos subsequentes apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024

Em 4 de junho de 2025, a Companhia realizou a 16ª emissão de 300.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, de série única, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o valor total de R\$300.000, com vencimento final em 4 de junho de 2030, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 1,45% ao ano, base de 252 dias úteis.

Covenants

A debênture de 13ª emissão possui cláusula de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos (ressalvadas algumas exceções), tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da Companhia, (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia ou caso na data da deliberação, após considerar o efeito pro forma de tal distribuição e/ou pagamento no que exceder ao dividendo obrigatório, o índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia) for superior a 3,50x; (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros; (g) cisão, fusão, incorporação (na qual a Companhia é incorporada) ou incorporação de ações da Companhia e/ou de suas controladas relevantes; e (h) incorrência em novas dívidas (com exceção de certas dívidas permitidas, conforme definido na escritura da emissão) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito pro forma, o referido índice financeiro for superior a 3,50x.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas cláusulas.

Sustainability-linked Notes Units

A Companhia possui Notes Units vinculadas a cláusulas de ESG (Environmental, Social and Governance) no mercado internacional no montante de principal agregado de US\$400.000, sendo US\$340.000 em Senior Notes da Ioche-Maxion Áustria e US\$60.000 em Senior Notes da Maxion Wheels de Mexico. Essas units foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 7 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$.

Em relação as cláusulas de ESG, a partir de 7 de novembro de 2026, a taxa de juros a pagar seria aumentada em 25 pontos base para 5,25% ao ano caso a Companhia não reduzisse em 30% a emissão de CO². Entretanto, em dezembro de 2024, a Companhia já atingiu tal meta, e portanto, a clausula não será mais exercida.

Adicionalmente, para proteger-se do risco cambial, a subsidiária Ioche-Maxion Áustria, a qual possui moeda funcional Euro, contratou operação de derivativo denominada cross currency swap (swap), usando os mesmos termos críticos das Senior Notes, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro.

As Notes Units emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas a realização de certas operações até sua efetiva liquidação, com destaque para ocorrência da relação entre a dívida líquida ajustada e o EBITDA ajustado dos últimos doze meses igual ou menor à: (i) 4,50 até 7 de maio de 2023 e (ii) 3,50 após esta data.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas cláusulas.

Linhas de Crédito

A Companhia contratou linhas de crédito rotativo (“*Revolving Credit Facility*”) no valor de R\$550.000, com vencimento em três anos. Em 31 de dezembro de 2025, as linhas estavam disponíveis, porém não utilizadas.

Em agosto de 2024, a Companhia celebrou contrato de financiamento mediante abertura de crédito no valor de R\$210.000, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência, mas até a data de publicação destas demonstrações financeiras esta linha de crédito não foi sacada.

16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
No País	344.180	382.222	375.571	415.370
No exterior	2.393	8.139	1.574.985	1.847.583
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10.b)	289	781	-	91
Total	346.862	391.142	1.950.556	2.263.044

17. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda de controladas no exterior	-	2.050	129.661	131.617
ICMS	4.055	5.177	5.045	6.571
IPI	-	137	-	137
COFINS	8	207	8	284
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	9.488	13.160	12.462	17.096
Outras	2.638	8.301	4.210	10.003
IVA - controladas no exterior:		-		-
México	-	-	34.669	41.818
Turquia	-	-	7.654	-
Itália	-	-	2.663	2.958
Outros países	-	-	106	415
Total - Circulante	16.189	29.032	196.478	210.899

18. Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários	-	-	149.492	134.732
Encargos Sociais	25.154	24.032	85.381	84.915
Férias	56.478	73.219	117.579	136.776
Participações nos resultados	42.122	50.446	143.836	169.735
Total	123.754	147.697	496.288	526.158

19. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as demandas pendentes e constituiu provisões em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com os processos em curso, que são apresentadas a seguir juntamente com as movimentações durante o exercício:

	Controladora				Consolidado			
	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total	Trabalhistas	Tributários	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.926	61.963	523	67.412	13.682	64.760	523	78.965
Adições	4.120	3.021	3	7.144	10.485	3.197	3	13.685
Pagamentos	(2.732)	(4.132)	-	(6.864)	(5.665)	(6.191)	-	(11.856)
Reversões	(2.166)	(11.209)	-	(13.375)	(6.332)	(11.209)	-	(17.541)
Atualizações	337	(2.045)	49	(1.659)	658	(1.945)	49	(1.238)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	1	-	1	541	21	-	562
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.485	47.599	575	52.659	13.369	48.633	575	62.577
Adições	9.843	1.667	5	11.515	19.878	1.948	8	21.834
Pagamentos	(4.025)	(9.442)	(428)	(13.895)	(12.970)	(10.149)	(428)	(23.547)
Reversões	(2.697)	(15.602)	(9)	(18.308)	(6.107)	(15.804)	(12)	(21.923)
Atualizações	522	3.012	51	3.585	826	3.100	51	3.977
Variação cambial	-	-	-	-	(849)	(29)	-	(878)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	8.128	27.234	194	35.556	14.147	27.699	194	42.040

A seguir estão resumidas as descrições dos principais processos com chance de perda provável ou possível em que a Companhia e suas controladas figuram como parte, de acordo com a sua natureza.

Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em processos de natureza trabalhista. Os principais temas abordados versam, dentre outros, sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Processos de natureza tributária

A seguir estão indicados os montantes provisionados referentes aos processos de natureza tributária em que a Companhia e suas controladas são partes e cuja chance de perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco provável:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	10.191	11.645	10.191	11.645
INSS (b)	14.648	32.457	14.701	32.507
FGTS (c)	2.093	2.056	2.155	2.673
Outros	302	1.441	652	1.808
Total	27.234	47.599	27.699	48.633

Na controladora e no consolidado, os montantes provisionados referem-se principalmente a:

(a) Discussão judicial relativa ao afastamento do PIS/COFINS sobre receitas financeiras. A discussão sobre comissão paga a agente e representante comercial no exterior foi encerrada com decisão desfavorável ao contribuinte, tendo sido o depósito judicial integralmente convertido em renda em favor da União.

(b) Discussão judicial relativa à inconstitucionalidade da contribuição social sobre o terço de férias. A discussão judicial relativa ao afastamento do Fator Acidentário de Prevenção – FAP no cálculo do Seguro do Acidente do Trabalho – FAP foi encerrada com decisão desfavorável ao contribuinte, tendo sido o depósito judicial integralmente convertido em renda em favor da União.

(c) Discussão judicial relativa ao afastamento do adicional de 10% incidente sobre os depósitos efetuados pela Companhia a título de FGTS.

Riscos classificados como perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em processos de natureza trabalhista, tributária e cível envolvendo contingência passiva que não estão provisionados, pois apresentam chance de perda classificada pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou remota. Em 31 de dezembro de 2025, esses processos cuja chance de perda é classificada como possível, são apresentados a seguir, juntamente com os detalhes dos principais casos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	114.354	100.162	141.024	128.618
Tributária	638.924	554.292	678.095	595.824
Cível	950	1.491	7.090	1.491
Total	754.228	655.945	826.209	725.933

- (a) Execução Fiscal nº 1501364-13.2024.8.26.0156, derivada do processo administrativo nº 3.127.787-1, auto de infração de natureza tributária contra a Companhia, cujos temas versam sobre: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias sem documento fiscal (nota fiscal) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa de retorno de industrialização; (iii) aproveitamento de créditos de ICMS sobre aquisições de pessoas jurídicas do Simples; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação. O item (i) do auto de infração anteriormente mencionado foi cancelado definitivamente na esfera administrativa. Em 31 de outubro de 2023, houve julgamento parcialmente favorável à Companhia, em face dos itens remanescentes do auto de infração, com a limitação do montante exigido a título de juros ao patamar da SELIC. Em face da decisão final administrativa, a Companhia segue em defesa dos seus interesses na esfera judicial, nos autos da execução fiscal protocolada pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo em 23 de abril de 2024; o montante total discutido classificado como de perda possível corresponde a R\$167.999.
- (b) Auto de infração lavrado pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro contra a Companhia em novembro de 2021, relativo ao período de janeiro de 2016 a setembro de 2021, sob a alegação de não atendimento aos requisitos regulamentares previstos na Resolução SEFAZ nº 905/2015 para a aplicação do regime especial de diferimento de ICMS estabelecido na Lei estadual nº 6.953/2015 nas vendas da filial de Resende, com a cobrança do ICMS do período e aplicação de multa de 75%; apresentada defesa administrativa; aguarda-se decisão de 1ª instância, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$198.725.
- (c) Processos administrativos nº 16048.720140/2017-48 e nº 16048.720.402/2017-74, que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada, apresentadas defesas administrativas, proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia em 1ª instância administrativa, aguardam-se decisões de 2ª instância em face dos recursos da Fazenda Nacional e da Companhia, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$87.248.
- (d) Processo administrativo nº 15746.721107/2025-13, que versa sobre cobrança de adicional ao GILRAT na alíquota de 6% para financiamento da aposentadoria especial de 25 anos em decorrência da exposição de colaboradores ao agente nocivo ruído, supostamente não neutralizado, nos estabelecimentos produtivos da Companhia, nas competências de 01/01/2021 a 31/12/2021. Apresentada defesa administrativa, aguarda-se decisão de 1ª instância, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$42.183.

- (e) Processo administrativo nº 15746-725.694/2023-40, que versa sobre cobrança de adicional ao GILRAT na alíquota de 6% para financiamento da aposentadoria especial de 25 anos em decorrência da exposição de colaboradores ao agente nocivo ruído, supostamente não neutralizado, nos estabelecimentos produtivos da Companhia, nas competências de 01/01/2019 a 31/12/2020. Apresentada defesa administrativa, aguarda-se decisão de 1ª instância, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$38.247.
- (f) Processos administrativos nº 13881.720061/2015-55, nº 10865-720.674/2020-60, nº 13603-720.924/2020-31 e nº 10860-720.538/2020-10, que versam sobre cobranças de tributos relacionadas a compensações não homologadas, em razão da suposta ausência de comprovação de recolhimento dos créditos relativos à Taxa CACEX, acrescidos de juros e multa de ofício de 20%. Julgada improcedente a manifestação de inconformidade, foi interposto recurso pela Companhia para apreciação em 2ª instância administrativa, sendo o montante total discutido classificado como perda possível correspondente a R\$33.736.

No que se refere aos processos de natureza trabalhista, os principais temas abordados versam sobre adicionais de periculosidade e insalubridade, reconhecimento de garantias de emprego, ações movidas contra terceiros/prestadores de serviços que visam a condenação solidária/subsidiária da Companhia e/ou de suas controladas, e ações indenizatórias decorrentes de acidentes de trabalho típicos ou de doenças profissionais e ocupacionais, não existindo, no entanto, processos com valores de risco de perda individualmente relevantes.

Depósitos judiciais vinculados à provisão - consolidado

Representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas relacionados a quantias depositadas para discussão judicial em processos que apresentam chance de perda classificada como provável, as quais serão mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025, somam R\$26.619 (R\$47.733 em 31 de dezembro de 2024).

20. Passivo atuarial de plano de pensão

a) Contribuição definida - Plano de suplementação de aposentadoria

Controladora

A Companhia patrocina desde 1º de agosto de 2004 um plano aberto de previdência complementar mantido pela BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. que oferece planos de suplementação de aposentadoria, pecúlio e auxílio-doença. Em 31 de dezembro de 2025, participam desse plano 6.198 colaboradores da Companhia (5.056 em 31 de dezembro de 2024). As contribuições efetuadas pela Companhia totalizaram R\$5.545 em 31 de dezembro de 2025 (R\$2.993 em 31 de dezembro de 2024).

Maxion Wheels

As controladas indiretas Maxion Wheels U.S.A. LLC e Maxion Wheels Sedalia LLC patrocinam um plano de suplementação de aposentadoria, cobrindo substancialmente todos os colaboradores das unidades localizadas nos Estados Unidos da América. Em 31 de dezembro de 2025, a contribuição da controlada totalizou R\$4.235 (R\$3.784 em 31 de dezembro de 2024).

b) Benefício definido - Plano de suplementação de aposentadoria e assistência médica pós-emprego - Consolidado

A Companhia, por meio de sua controlada indireta Maxion Wheels, patrocina determinados planos de pensão de benefício definido e planos de assistência médica pós-emprego ("Outros planos"), bem como seguros de vida. A controlada suporta os benefícios de pensão com base nos requerimentos de fundeio das leis internacionais e dos regulamentos dos referidos planos, com antecedência do pagamento dos benefícios. Também suporta outros benefícios à medida que são disponibilizados aos colaboradores.

Movimentação no valor presente do benefício definido

Obrigações do benefício definido	31/12/2025					31/12/2024				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Obrigações assumidas no início do exercício	(398.930)	(22.522)	(9.742)	(134.189)	(565.383)	(351.149)	(20.252)	(8.214)	(118.005)	(497.620)
Benefícios pagos pelo plano	34.808	2.060	-	8.095	44.963	28.043	2.520	79	15.755	46.397
Custo do serviço corrente	(9.712)	(157)	(447)	(13.533)	(23.849)	(8.491)	(155)	(421)	(12.024)	(21.091)
Custo financeiro	(12.806)	(713)	(955)	(16.239)	(30.713)	(12.530)	(705)	(760)	(14.448)	(28.443)
Efeito de mudança de premissas financeiras	13.361	(190)	(1.154)	8.196	20.213	-	359	942	17.683	18.984
Efeito de ajuste de experiência	(1.328)	780	300	9.186	8.938	13.615	(358)	(809)	(9.367)	3.081
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	(1.925)	(95)	(82)	19.538	17.436	(68.418)	(3.931)	(559)	(13.783)	(86.691)
Obrigações do benefício definido no fim do exercício	(376.532)	(20.837)	(12.080)	(118.946)	(528.395)	(398.930)	(22.522)	(9.742)	(134.189)	(565.383)

Valor justo dos ativos do plano	31/12/2025					31/12/2024				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Ativos do plano no início do exercício	61.933	15.895	2.299	7.880	88.007	44.910	13.704	2.025	6.390	67.029
Receita financeira	2.064	502	225	481	3.272	1.662	483	185	496	2.826
Contribuições pagas aos planos	9.712	385	-	1.737	11.834	7.986	670	-	839	9.495
Custos do serviço corrente	-	(26)	-	-	(26)	-	(24)	-	-	(24)
Benefícios pagos pelos planos	(5.487)	(1.749)	-	(1.365)	(8.601)	(833)	(1.631)	-	(1.346)	(3.810)
Retorno esperado dos ativos dos planos	(3.809)	(1.202)	(67)	(139)	(5.217)	(1.574)	(28)	(44)	(45)	(1.691)
Variação cambial da conversão das demonstrações financeiras	528	78	18	(1.249)	(625)	9.782	2.721	133	1.546	14.182
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	64.941	13.883	2.475	7.345	88.644	61.933	15.895	2.299	7.880	88.007
Total do passivo não circulante	(311.591)	(6.954)	(9.605)	(111.601)	(439.751)	(336.997)	(6.627)	(7.443)	(126.309)	(477.376)

Custo líquido do benefício	31/12/2025					31/12/2024				
	Plano de benefício definido			Outros planos	Total	Plano de benefício definido			Outros planos	Total
	Alemanha	Espanha	México			Alemanha	Espanha	México		
Custo do serviço	(9.712)	(183)	(447)	(13.533)	(23.875)	(8.491)	(179)	(421)	(12.024)	(21.115)
Custo financeiro	(10.742)	(211)	(730)	(15.758)	(27.441)	(10.868)	(222)	(575)	(13.952)	(25.617)
Custo líquido do benefício	(20.454)	(394)	(1.177)	(29.291)	(51.316)	(19.359)	(401)	(996)	(25.976)	(46.732)

As premissas atuariais utilizadas para determinar o cálculo do custo e das obrigações foram as seguintes:

<u>Média ponderada das premissas utilizadas</u>	<u>Pensão</u>	<u>Outros planos</u>
Taxa de desconto – internacional	5,63%	9,00%
Taxa de aumento de salário – internacional	9,29%	5,50%
Taxa de aumento de inflação - internacional	3,87%	4,00%

A taxa de desconto foi calculada usando taxas de juros pontuais com aumento de meio ponto percentual para cada um dos próximos 30 anos e foi desenvolvida com base na informação de preço e rendimento para empresas de primeira linha, com prazo de vencimento entre 12 meses e 30 anos.

A Companhia não possui acordos de custeio e/ou política de custeamento que possam afetar contribuições futuras. As expectativas estimadas para o próximo exercício são as seguintes:

	<u>Pensão</u>	<u>Outros planos</u>
Contribuições esperadas	9.943	2.041
Pagamentos de benefícios	31.781	1.646

Análise de sensibilidade das obrigações

Em 31 de dezembro de 2025, mudanças nas taxas de desconto utilizadas para valorizar as obrigações de benefícios gerariam os seguintes impactos nas obrigações do plano de benefício definido e na duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos), conforme a seguir:

	<u>Pensão</u>	<u>Outros planos</u>
Cenário considerando uma redução na taxa de 0,5% a:	3,45%	11,66%
Aumento na obrigação de benefício definido	18.158	6.551
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	9	12
Cenário considerando um aumento na taxa de 0,5% a:	4,45%	12,66%
Redução na obrigação de benefício definido	17.306	6.183
Duração média ponderada da obrigação de benefício definido (em anos)	9	12

Para desenvolver a premissa da expectativa de taxa de retorno de longo prazo dos ativos, foram considerados o retorno histórico e as expectativas futuras de retorno para cada classe de ativo, bem como o objetivo de alocação dos ativos do portfólio do plano de pensão.

Contribuições pagas aos planos

Em 2025, a controlada indireta Maxion Wheels contribuiu aos planos de benefício definido com R\$ 10.097 (R\$8.656 em 31 de dezembro de 2024).

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R\$1.576.954.290,05 (um bilhão, quinhentos e setenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e noventa reais e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 153.719.601 (cento e cinquenta e três milhões, setecentas e dezenove mil, seiscentas e uma) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

De acordo com o estatuto social, a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, pode aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 82.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante emissão de novas ações ordinárias, sendo que, deste limite total, 58.856.229 ações já foram emitidas, restando passível de emissão o montante de 23.143.771 ações.

A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opções de compra de ações de sua emissão a seus administradores, colaboradores ou pessoas físicas que prestem serviços à Companhia, nos termos do parágrafo 3º do artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva estatutária de investimento e de capital de giro

Tem por finalidade assegurar investimentos produtivos e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto. Será formada com parcela anual de, no mínimo, 10% e, no máximo, 58% do lucro líquido, que terá como limite máximo o importe que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

c) Destinação do lucro líquido

O lucro líquido do exercício, apurado em conformidade com os termos do artigo 191 da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) 37% para a distribuição, como dividendos obrigatórios; e (iii) o restante que não for apropriado à reserva estatutária de investimento e de capital de giro ou retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	98.383	264.719
Realização da depreciação do custo atribuído, líquido de impostos	2.209	3.776
Total a distribuir	100.592	268.495
Destinação do lucro:		
(-) Reserva legal (5%)	(5.030)	(13.425)
(-) / + Reserva estatutária de investimentos e de capital de giro (58%)	(58.343)	(155.727)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios (37%)	(37.219)	(99.343)
Juros sobre o capital próprio bruto	46.000	77.450
(-) IRRF	(3.812)	(7.255)
= Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	42.188	70.195
Dividendos mínimos obrigatórios	(37.219)	(99.343)
(-) Juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF	42.188	70.195
(-) Excedente ao dividendo mínimo obrigatório (Reserva estatutária)	(4.969)	-
= Dividendos mínimos obrigatórios (Saldo)	-	(29.148)
Dividendos propostos	-	29.148
Juros sobre o capital próprio bruto	46.000	77.450
Total distribuído	46.000	106.598
Distribuição total	46%	40%

d) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía 3.949.827 ações ordinárias no montante de R\$62.353, como compromisso ao programa de incentivo de longo prazo.

O valor de mercado dessas ações ordinárias mantidas em tesouraria correspondia ao total de R\$39.854, representado pela cotação de 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$10,09 por ação.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

Constituído em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado (custo atribuído), com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes à época da adoção inicial dos CPCs e IFRS. O imposto de renda e a contribuição social correspondentes estão classificados no passivo não circulante e estão sendo realizados por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra lucros e/ou prejuízos acumulados, líquida dos encargos tributários. A “outros resultados abrangentes” é alocada variação cambial sobre investimentos no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda funcional da Companhia.

f) Reserva legal

Constitui uma exigência para todas as empresas brasileiras e representa a apropriação de 5% do lucro líquido anual apurado com base na legislação brasileira, até o limite de 20% do capital social.

g) Reserva de capital

Em 31 de dezembro de 2025, refere-se a baixa das opções outorgadas.

22. Plano de incentivo de longo prazo

Em 2022, 2023, 2024 e 2025, o Conselho de Administração aprovou os programas de incentivo de longo prazo referentes aos resultados dos anos de 2022 a 2025 (“Programa 2022”), aos resultados dos anos de 2023 a 2026 (“Programa 2023”), aos resultados dos anos de 2024 a 2027 (“Programa 2024”) e aos resultados dos anos de 2025 a 2028 (“Programa 2025”), respectivamente, em consonância com o Plano de Incentivo de Longo Prazo, o qual tem por objetivo: (i) promover o bom desempenho da Companhia e o atendimento dos interesses de seus acionistas por meio de um comprometimento de longo prazo por parte dos administradores e empregados da Companhia; (ii) possibilitar à Companhia a manutenção de seus principais profissionais, assim como a atração de novos talentos; e (iii) alinhar a remuneração e benefícios outorgados a determinados administradores e empregados da Companhia com a performance das ações de emissão da Companhia na bolsa de valores e com a performance econômico-financeira da Companhia.

Nos termos e condições do plano de incentivo de longo prazo da Companhia e respectivos programas, os beneficiários dos referidos programas farão jus a prêmios em dinheiro referenciados (i) na valorização das ações de emissão da Companhia em bolsa de valores; e (ii) no retorno sobre capital investido na Companhia (“Return On Invested Capital” ou “ROIC”). Para fins do referido plano, o recebimento dos prêmios denomina-se “Restricted Stock Unit” ou “RSU”, no primeiro caso, e “Performance Share” ou “PS”, no segundo caso. Cada unidade outorgada, no valor de R\$15,19, R\$11,18, R\$12,37 e R\$ 12,30, para os Programas de 2022, 2023, 2024 e 2025, respectivamente, equivale ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 20 (vinte) pregões anteriores ao período de 8 (oito) dias que antecede às respectivas datas de outorga em janeiro de cada um dos referidos anos.

Os RSUs serão liquidados em 3 tranches anuais, a partir do segundo aniversário da data de outorga, sendo que cada RSU será equivalente ao preço médio ponderado das ações (MYPK3) negociadas na B3 nos 20 (vinte) pregões anteriores à data de liquidação. As PSs conferidas com base nos programas dos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025 serão liquidadas somente se o ROIC médio da Companhia apurado (i) desde 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2025, (ii) desde 1º de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2026, (iii) desde 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2027 e (iv) desde 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2028, respectivamente, for atendido de acordo com as metas estipuladas pelo Conselho de Administração para cada programa de incentivo de longo prazo.

As datas de liquidação de cada programa são conforme segue:

Programa	Tranche	Vencimento	RSUs e PSs em circulação
RSU – 2022	33,3%	20/03/2026	119.288
PS – 2022	100%	20/03/2026	282.049
RSU – 2023	33,3%	20/03/2026	151.794
RSU – 2023	33,3%	20/03/2027	144.469
PS – 2023	100%	20/03/2027	367.850
RSU – 2024	33,4%	20/03/2026	163.331
RSU – 2024	33,3%	20/03/2027	158.328
RSU – 2024	33,3%	20/03/2028	156.071
PS – 2024	100%	20/03/2028	448.347
RSU – 2025	33,4%	20/03/2027	168.295
RSU – 2025	33,3%	20/03/2028	167.791
RSU – 2025	33,3%	20/03/2029	167.791
PS – 2025	100%	20/03/2029	503.878

Em 31 de dezembro de 2025, o montante total provisionado na controladora é de R\$ 13.587 (R\$7.740 em 31 de dezembro de 2024) e no consolidado é de R\$ 21.908 (R\$16.879 em 31 de dezembro 2024) registrados nas rubricas “Outras obrigações”.

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	67.549	104.939	94.646	137.303
Receita com juros - plano de pensão	-	-	3.272	2.826
Ganho financeiro sobre processos judiciais	5.070	11.962	5.239	12.183
Receita financeira sobre crédito de PIS e Cofins	1.272	6.026	5.461	10.888
Atualização monetária sobre os créditos de IRPJ/CSLL	9.538	10.439	9.746	11.256
Valor justo sobre instrumento financeiro	-	2.717	-	2.717
Atualização monetária - Precatórios (i)	2.424	25.720	10.487	25.720
Outras	2.613	7.289	6.808	17.563
Total	88.466	169.092	135.659	220.456
Despesas financeiras:				
Juros passivos e encargos financeiros	(421.906)	(375.736)	(547.772)	(529.730)
Juros do plano de pensão	-	-	(27.441)	(25.617)
Atualização monetária das provisões para riscos	(3.584)	(5.365)	(3.978)	(5.786)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(2.287)	(3.303)	(2.537)	(3.348)
Custo amortizado das emissões das debêntures	(2.885)	(5.137)	(2.885)	(5.137)
Custo amortizado (Sustainability-linked Notes Units)	-	-	(8.963)	(8.489)
Despesas bancárias	(7.979)	(9.038)	(27.643)	(34.142)
Outras	(32.348)	(14.362)	(39.213)	(29.040)
Total	(470.989)	(412.941)	(660.432)	(641.289)

(i) Correção monetária e juros, nos termos das decisões judiciais transitadas em julgado.

24. Variação cambial, líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	(3.573)	608	(4.107)	(15.930)
Empréstimos e financiamentos	(166)	5.988	22.955	4.550
Fornecedores	208	(270)	(46.394)	(12.038)
Aplicação financeira	-	-	(13.510)	1.977
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	(13.162)	5.915
Outras	(295)	694	715	786
Total	(3.826)	7.020	(53.503)	(14.740)

25. Receita líquida de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de venda e serviços	4.881.531	5.013.398	16.537.691	16.656.565
Deduções da receita:				
Impostos sobre vendas	(825.094)	(882.703)	(1.107.256)	(1.204.360)
Abatimentos, devoluções e cancelamentos	(9.940)	(16.996)	(63.898)	(120.392)
Total	4.046.497	4.113.699	15.366.537	15.331.813

26. Despesas e custos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-prima	(1.908.770)	(1.978.456)	(7.669.574)	(7.954.076)
Salários e benefícios	(1.028.374)	(965.658)	(3.278.070)	(3.037.009)
Materiais / Manutenção	(222.399)	(221.052)	(1.051.215)	(1.018.543)
Energia elétrica	(86.993)	(84.075)	(597.047)	(569.776)
Depreciação e amortização	(87.845)	(79.885)	(551.539)	(503.035)
Serviços Prestados por terceiros	(135.640)	(116.653)	(356.687)	(346.100)
Fretes	(59.256)	(61.980)	(340.328)	(333.193)
Honorários da Administração	(30.165)	(23.852)	(30.165)	(23.852)
Locomoção / comunicação	(38.478)	(28.467)	(81.280)	(67.476)
Outros custos e despesas	(98.552)	(77.920)	(464.827)	(455.855)
Total	(3.696.472)	(3.637.998)	(14.420.732)	(14.308.915)
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(3.461.683)	(3.445.612)	(13.515.765)	(13.510.380)
Despesas com vendas	(10.048)	(9.297)	(81.429)	(76.150)
Despesas gerais e administrativas	(194.576)	(159.237)	(793.373)	(698.533)
Honorários da Administração	(30.165)	(23.852)	(30.165)	(23.852)
Total	(3.696.472)	(3.637.998)	(14.420.732)	(14.308.915)

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Gastos com reestruturação (i)	(14.146)	(16.354)	(51.108)	(20.206)
Redução ao valor recuperável de ativos	1.058	-	2.285	4.804
Perda na venda de ativos	(1.373)	(1.919)	(1.062)	(2.996)
Provisão (reversão) para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	(7.372)	6.230	(14.076)	4.050
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.052)	(18.220)	9.351	(9.783)
Total	(22.885)	(30.263)	(54.610)	(24.131)

(i) As despesas de reestruturação referem-se, principalmente, a custos incorridos com a adequação da estrutura de mão de obra às condições atuais de demanda nos mercados em que a Companhia opera, com destaque para as operações no México, que somam R\$36.673 em 2025.

28. Gestão de risco e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. Esses instrumentos estão representados por aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures, e mútuos, bem como instrumentos financeiros derivativos.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pelo Conselho de Administração, por meio do Comitê Financeiro.

A política relativa à contratação de instrumentos financeiros, com o objetivo de proteção, também é aprovada pelo Conselho de Administração, sendo subsequentemente analisada de forma periódica em relação à exposição ao risco que se pretende proteger. Os resultados obtidos dessas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

O Conselho de Administração da Companhia acompanha como a Administração monitora a aderência às políticas e aos procedimentos de administração de risco e revisa a adequação do modelo de administração de risco em relação aos riscos aceitos pela Companhia e por suas controladas.

Classificação dos instrumentos financeiros - por categoria

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativo:					
Caixa e equivalentes de caixa	5	734.022	1.032.734	1.599.733	2.463.475
Contas a receber de clientes	6	159.196	183.178	1.333.705	1.449.118
Total		893.218	1.215.912	2.933.438	3.912.593
Passivo:					
Empréstimos e financiamentos	15	710.663	1.181.339	3.250.288	4.137.559
Debêntures	15	2.381.258	2.251.200	2.381.258	2.251.200
Fornecedores	16	346.862	391.142	1.950.556	2.263.044
Total		3.438.783	3.823.681	7.582.102	8.651.803

b) Valores justos

No caso da Companhia e de suas controladas, os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como contas-correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores de curto prazo, apresentam-se por valores próximos aos de mercado. Por outro lado, os instrumentos financeiros contratados encontram-se mensurados aos seus valores justos (nível 1).

Em 31 de dezembro de 2025, a comparação entre o valor justo e o custo amortizado dos empréstimos, financiamentos e debêntures pode ser assim demonstrada:

<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
5.631.546	5.638.043

c) Gestão de riscos financeiros

As operações da Companhia e de suas controladas estão sujeitas aos seguintes fatores de risco:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas terem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e o acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez.

No que tange aos créditos com clientes, a Companhia entende que, pelo fato de existir: (i) forte análise de crédito; (ii) acompanhamento permanente dos saldos em aberto; e (iii) os clientes serem representados por grandes montadoras com boa classificação de risco, o risco de crédito é controlado.

A Administração da Companhia constitui provisões suficientes para fazer frente ao não recebimento, conforme informações divulgadas na nota explicativa nº 6.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a área de Tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e aos montantes disponíveis em caixa e equivalentes de caixa. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, quando aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais (por exemplo, restrições de moeda). Por meio de sua gestão de riscos, a Companhia define limite mínimo de caixa consolidado e indicadores financeiros de gestão da dívida.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é mantido nas próprias entidades, administrado pela Diretoria Financeira Corporativa. A Companhia investe sua liquidez de acordo com a sua gestão de risco financeiro, em aplicações com liquidez menor que 90 dias, por meio de depósitos em instituições financeiras.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas no final do exercício, conforme mencionado na nota 15:

	31/12/2025							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Fornecedores	346.862	-	-	346.862	1.950.556	-	-	1.950.556
Empréstimos, financiamentos e debêntures	569.649	766.509	3.083.481	4.419.638	881.436	985.622	5.222.923	7.089.980
Total	916.511	766.509	3.083.481	4.766.500	2.831.992	985.622	5.222.923	9.040.536

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas estarem sujeitas aos ganhos ou às perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e por suas controladas na obtenção de instrumentos financeiros em moeda diferente da moeda funcional de cada entidade, bem como para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia e suas controladas têm investimentos em controladas diretas e indiretas no exterior e fluxos operacionais de compra e venda em outras moedas. A Companhia e suas controladas possuem política específica para a contratação de operações de “hedge” para mitigar esses riscos.

Em 31 de dezembro de 2025, os saldos da Companhia denominados em moeda estrangeira, as quais expõem a Companhia e suas controladas a riscos cambiais, representam:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	13.628	16.204	1.184.318	1.304.418
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	74.325	288.293
Partes relacionadas no exterior	31.384	27.998	-	-
Total do ativo	45.012	44.202	1.258.643	1.592.711
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	594.013	668.288	3.133.638	3.624.508
Fornecedores (iii)	2.393	8.139	1.574.985	1.847.583
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.023	288.293
Partes relacionadas no exterior	289	-	-	-
Total do passivo	596.695	676.427	4.709.646	5.760.384
Exposição líquida	(551.683)	(632.225)	(3.451.003)	(3.879.616)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	2.868.214	3.219.332
(-) Hedge de Investimento Líquido no Exterior	593.109	667.474	593.109	667.474
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	41.426	35.249	10.320	7.190

(i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2025, 88,8% (90,0% em 31 de dezembro de 2024) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.

(ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2025, do saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures, 55,6% (56,7% em 31 de dezembro de 2024) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2025, 80,7% (81,6% em 31 de dezembro de 2024) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

Em 31 de dezembro de 2025, parte dessas exposições é protegida com derivativos do tipo "cross currency swap" e designada como hedge de fluxo de caixa, conforme abaixo:

Hedge de fluxo de caixa:

Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Nocional Ponta Ativa (USD)	Nocional Ponta Passiva (EUR)	Valor Justo (EUR) em 31/12/25	Valor Justo (R\$) em 31/12/25	Saldo do Hedge de fluxo de caixa (R\$) em 31/12/25	Saldo do Hedge de fluxo de caixa (R\$) em 31/12/24
Cross-Currency Swap - US\$/EUR	Sustainability-linked Notes Units	Risco de Câmbio – Principal e Juros	07/05/2021 a 07/05/2028	340.000 mil	279.835 mil	11.466	74.175	11.757	(18.851)

Hedge de investimento no exterior:

Em dezembro de 2023 e em junho de 2024, foram captados empréstimos no valor de US\$80.000 mil e US\$27.791mil respectivamente designados como instrumento de hedge para proteção do risco cambial do investimento líquido na subsidiária Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V., cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. Os ganhos e perdas cambiais decorrentes desses passivos financeiros são transferidos para Outros Resultados Abrangentes para compensar quaisquer ganhos e perdas sobre a conversão dos investimentos líquidos na controlada. A Companhia estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para a relação de hedge, uma vez que o risco subjacente do instrumento de hedge é idêntico ao componente de item protegido.

Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Risco Protegido	Período de Proteção	Nocional dos Instrumentos de Hedge (USD)	Nocional designado do objeto de Hedge (USD)	Saldo do Hedge (R\$) em 31/12/25	Saldo do Hedge (R\$) em 31/12/24
Empréstimos denominado em moeda estrangeira (US\$)	Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	Risco de Câmbio	22/12/2023 até 15/12/2028	80.000 mil	80.000 mil	(50.152)	(105.344)
Empréstimos denominado em moeda estrangeira (US\$)	Iochpe Sistemas Automotivos de México, S.A. de C.V.	Risco de Câmbio	27/06/2024 até 15/06/2029	27.791 mil	27.791 mil	203	(18.970)

O ganho ou perda relativo ao instrumento de hedge reconhecido em Outros Resultados Abrangentes equivale à variação cambial acumulada do principal daqueles empréstimos, sendo este o parâmetro para mensuração da efetividade da estratégia de hedge.

As controladas Maxion Jantas Jant Sanayi ve Ticaret A.S. e Maxion Inci Jant Sanayi A.S. possuem um hedge natural em virtude de suas operações em outras moedas. Caso haja um saldo em aberto não protegido naturalmente, contratos a termo para proteção desse saldo são firmados a fim de evitar impactos significativos referentes à flutuação cambial.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações em aberto totalizam sete contratos, com vencimentos previstos entre 12 de janeiro de 2026 e 10 de abril de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perdas realizadas e ganhos não realizadas no montante de R\$(7.808) e de R\$147, respectivamente. O montante foi registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” (nota explicativa nº 24) no resultado do exercício.

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nominal (em milhares)		Ganho no valor de mercado
			€	R\$	
Saldo em aberto	Variação cambial	Türkiye İş Bankası A.Ş.	11.940	77.396	147
Total			11.940	77.396	147

A controlada Maxion Wheels (Thailand) Co., Ltd. possui um hedge natural em virtude de suas operações em outras moedas. Caso haja um saldo em aberto não protegido naturalmente, contratos a termo para proteção desse saldo são firmados a fim de evitar impactos significativos referentes à flutuação cambial.

Em 31 de dezembro de 2025, as operações em aberto totalizam dezessete contratos, com vencimentos previstos entre 5 de janeiro de 2026 e 5 de junho de 2026. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perdas realizadas e não realizadas no montante de R\$(4.507) e de R\$(994), respectivamente. O montante foi registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” (nota explicativa nº 24) no resultado do exercício.

Objeto amparado	Risco	Contraparte	Valor nominal (em milhares)		Perda no valor de mercado
			THB\$	R\$	
Saldo em aberto	Variação cambial	Bangkok Bank PCL.	173.784	30.221	(731)
Saldo em aberto	Variação cambial	The Hongkong and Shanghai Banking Corporation Limited	83.740	14.562	(263)
Total			257.524	44.783	(994)

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 77% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

Análise de sensibilidade - consolidado

Os instrumentos financeiros, incluindo, quando aplicável, os instrumentos derivativos, estão expostos às variações em decorrência da flutuação de taxas de câmbio e taxas de juros. As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essas variáveis que foram consideradas pela Administração da Companhia são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia e suas controladas selecionaram três riscos de mercado que mais podem afetar o valor dos instrumentos financeiros por elas detidos: (1) taxa de câmbio do dólar norte-americano/real; (2) taxas de juros dos empréstimos e financiamentos (CDI), (TR) e (TERM SOFR); e (3) taxa de remuneração das aplicações financeiras (CDI).

(ii) Seleção dos cenários

Foram considerados três cenários para análise de sensibilidade de risco para os indexadores desses ativos e passivos financeiros, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. A Companhia também determinou que fossem apresentados mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% das variáveis de risco consideradas, para os quais se tomou como base 31 de dezembro de 2025.

O cenário provável considerado pela Companhia é a perspectiva real da cotação do dólar norte-americano/real, CDI, TR e TERM SOFR de 31 de dezembro de 2025. Por tal motivo a Administração não considerou o cenário provável em sua análise de sensibilidade. Foram consultados o “*site*” do Banco Central do Brasil - BACEN como fonte de dados para a cotação do dólar norte-americano/real e o “*site*” da B3 para a taxa do CDI e o portal Bloomberg para a TERM SOFR.

Análise de sensibilidade de variações em moeda estrangeira

Para a análise de sensibilidade da exposição cambial consolidada em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado no quadro de exposição cambial do item “Risco de taxas de câmbio”, foram desconsiderados os saldos de contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos mantidos pelas controladas no exterior, os quais são denominados nas moedas funcionais locais de cada uma dessas controladas, e por esse motivo, a Administração da Companhia entende que não existe risco de exposição de moeda que afete o fluxo de caixa dessas controladas.

Considerando essas exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2025, a análise de sensibilidade quanto à posição em aberto no consolidado resultaria em um impacto no resultado como segue:

Risco da Companhia	Cenário possível	Cenário remoto
Redução da cotação do dólar norte-americano	2.580	5.160

O cenário possível considera uma valorização do real em 25% sobre o dólar norte-americano, considerando a taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2025 de R\$5,5024 /US\$1,00 (R\$4,1268 /US\$1,00), e o cenário remoto, uma valorização de 50% (R\$2,7512 /US\$1,00).

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros - risco da Companhia de aumento da taxa de juros - Consolidado

A análise de sensibilidade abaixo, leva em consideração o valor principal dos empréstimos.

Empréstimos e financiamentos - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2025	14,90%	18,63%	22,35%
Empréstimo indexados - CDI - R\$50.000			
Despesa financeira estimada	7.450	9.315	11.175
Efeito – perda		(1.865)	(3.725)

Empréstimos e financiamentos - SOFR 3 meses	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
SOFR 3 meses em 31 de dezembro de 2025	3,65%	4,56%	5,47%
Empréstimo indexado - SOFR 3 meses - R\$203.589			
Despesa financeira estimada	7.425	9.284	11.136
Efeito – perda		(1.859)	(3.711)

Empréstimos e financiamentos - TR	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
TR em 31 de dezembro de 2025	2,01%	2,52%	3,02%
Empréstimo indexado - TR - R\$66.723			
Despesa financeira estimada	1.344	1.681	2.015
Efeito – perda		(337)	(671)

Debêntures - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2025	14,90%	18,62%	22,35%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$2.300.000			
Despesa financeira estimada	342.700	428.260	514.050
Efeito – perda		(85.560)	(171.350)

Análise de sensibilidade de variações nas aplicações financeiras - risco da Companhia em caso de redução da taxa de juros

Aplicações financeiras - CDI	Cenários		
	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2025	15,05%	11,29%	7,52%
Aplicações financeiras - 101,0% do CDI - R\$773.731			
Receita financeira estimada	116.447	87.354	58.185
Efeito – perda		(29.093)	(58.262)

29. Gestão de capital

A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital, revisado anualmente por meio do conceito do “Weighted Average Cost of Capital - WACC” (Custo Médio Ponderado de Capital).

A dívida em relação ao capital é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.091.921	3.432.539	5.631.546	6.388.759
Instrumentos financeiros derivativos (i)	-	-	(73.302)	(288.058)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(734.022)	(1.032.734)	(1.599.733)	(2.463.475)
Dívida líquida	2.357.899	2.399.805	3.958.511	3.637.226
Total do patrimônio líquido	4.321.723	4.557.905	4.851.749	5.070.982
Relação dívida líquida sobre patrimônio	55%	53%	82%	72%

- (i) Refere-se ao total das rubricas Instrumentos financeiros derivativos ativos circulante e não circulante menos Instrumentos financeiros derivativos passivos circulante e não circulante.

30. Resultado por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Denominador:		
Média ponderada da quantidade de ações	153.719.601	153.719.601
Quantidade de ações em tesouraria ponderada	(3.949.827)	(3.851.785)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	149.769.774	149.867.816
Numerador - básico:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores - R\$	98.382.822	264.718.799
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores por ação básico - R\$	0,65689	1,76635
Denominador - diluído:		
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	149.769.774	149.867.816
Média ponderada da quantidade de ações	149.769.774	149.867.816
Numerador - diluído:		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores - R\$	98.382.822	264.718.799
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores por ação diluído - R\$	0,65689	1,76635

31. Informações por segmento

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento (automotivo), tendo uma estrutura de gestão matricial em que somente as receitas de vendas são analisadas pelo Presidente, o principal tomador de decisões em níveis mais detalhados, uma vez que os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e por suas controladas são divididos entre as divisões Maxion Wheels e Maxion Structural Components.

A receita líquida está representada da seguinte forma:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Receita líquida	Participação	Receita líquida	Participação
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	974.335	6,34%	783.129	5,11%
Rodas Aço (Veículos Leves)	607.289	3,95%	579.691	3,78%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	882.065	5,74%	1.026.870	6,70%
Comp. Estruturais (Veículos Leves)	506.778	3,30%	467.973	3,05%
Comp. Estruturais (Veículos Comerciais)	1.428.747	9,30%	1.503.383	9,81%
Total América do Sul - Brasil	4.399.214	28,63%	4.361.046	28,44%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	578.415	3,76%	664.512	4,33%
Rodas Aço (Veículos Leves)	1.670.057	10,87%	1.591.189	10,38%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	383.525	2,50%	354.304	2,31%
Comp. Estruturais (Veículos Comerciais)	1.244.695	8,10%	1.973.709	12,87%
Total América do Norte	3.876.692	25,23%	4.583.714	29,90%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	2.993.894	19,48%	2.655.029	17,32%
Rodas Aço (Veículos Leves)	1.474.242	9,59%	1.375.668	8,97%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	1.445.127	9,40%	1.203.160	7,85%
Total EMEA	5.913.263	38,48%	5.233.857	34,14%
Rodas Alumínio (Veículos Leves)	584.008	3,80%	514.614	3,36%
Rodas Aço (Veículos Leves)	206.345	1,34%	218.184	1,42%
Rodas Aço (Veículos Comerciais)	387.015	2,52%	420.398	2,74%
Total Ásia	1.177.368	7,66%	1.153.196	7,52%
Total	15.366.537	100%	15.331.813	100%

A Administração realocou os resultados da Maxion Wheels South Africa (Pty) Ltd. da região "Ásia e Outros" para "EMEA" (Europa, Oriente Médio e África) uma vez que essa passou a ser a forma como o Presidente monitora o desempenho da Companhia e toma suas decisões estratégicas.

32. Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do seu estoque, imobilizado e responsabilidade civil, entre outros. Os valores de cobertura de suas apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 são como segue:

Bens segurados	Coberturas	Montante da cobertura
Estoque e imobilizados	Incêndio, raio, explosão, vendaval, quebra de máquinas, entre outros	1.513.380
Garantia	Garantias judiciais, tradicionais e aduaneiras	257.683
Transporte de cargas	Risco rodoviário e responsabilidade civil do transportador de cargas e risco de transporte durante importações e exportações	151.863
Responsabilidade civil	Reclamações de terceiros, crimes	1.148.940

33. Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

Transações ocorridas sem desembolso de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aquisições de bens do ativo imobilizado a pagar, registrados na rubrica "Fornecedores"	18.075	21.049	44.297	87.339
Adições referentes a operações com <i>Forfait</i>	-	862.935	96.396	875.498
Adições referentes ao direito de uso	9.645	107	66.494	44.656
Compensação de IRPJ e CSLL	-	2.576	5.251	6.757
Juros capitalizados	7.829	14.592	8.643	25.514
Adições referentes a aquisição da Polimetal	-	-	57.775	-

34. Eventos subsequentes

Conforme inicialmente divulgado no relatório da administração e nas notas explicativas às informações financeiras da Companhia relativas ao segundo trimestre de 2022, em junho daquele ano as instalações da Maxion Wheels Holding GmbH (controlada indireta da Companhia), em Königswinter, Alemanha, foram inspecionadas pela autoridade antitruste alemã (Bundeskartellamt – “BKartA”) no contexto de uma investigação sobre suspeita de não conformidade com as leis concorrenciais relacionada a venda de rodas de alumínio para veículos leves.

Desde então, a controlada vem cooperando com a referida autoridade, com o suporte de assessores jurídicos externos, que auxiliaram a Companhia na condução de investigação interna.

Em janeiro de 2026, a Maxion Wheels Holding GmbH recebeu notificação formal do BKartA alegando não conformidade com certas regras concorrenciais aplicáveis relacionadas à venda de rodas de alumínio para veículos leves durante um determinado período limitado.

Com base na avaliação da administração sobre os fatos e circunstâncias disponíveis na data de reporte e após consulta aos assessores jurídicos externos, a Companhia observa que poderá haver saída de recursos, a depender do desfecho do processo; entretanto, nesta etapa, a Companhia não consegue fazer uma estimativa confiável do potencial efeito financeiro.

A notificação não implica prejuízo ao resultado final do processo administrativo. O arcabouço regulatório aplicável admite ampla variação de desfechos possíveis, e não houve, até o momento, indicação pela autoridade acerca do nível de potencial penalidade. Adicionalmente, não há precedentes de aplicação comparáveis que forneçam base confiável para mensuração. Trata-se de processo administrativo ainda em andamento de caráter não público, permanecendo incerto quanto ao seu prazo e resultado.

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), não foi reconhecida provisão nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, e o assunto é divulgado como passivo contingente. A Companhia continuará monitorando a evolução do tema e o reavaliará à medida que novas informações se tornem disponíveis.

35. Declaração de conformidade dos diretores

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e com o respectivo relatório do auditor independente, assim como para fins de atendimento da Resolução CVM nº 189/23, afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

36. Autorização para emissão e divulgação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação e emissão pela Diretoria em reunião ocorrida em 25 de fevereiro de 2026.

Pieter Klinkers
Diretor-Presidente

Renato J. Salum Junior
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores

Paulo Marcio Almada dos Santos
Diretor Corporativo de Recursos Humanos

Bruno Zarella
Contador
CRC nº SP-289289/O-7

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Sobre o Comitê de Auditoria Estatutário

O Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A. (“CAE” e “Companhia”, respectivamente) é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que foi instituído, visando a adoção das melhores práticas de governança corporativa pela Companhia, na Reunião do seu Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2011, na qual foi aprovado o regimento interno original do CAE, tendo a Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Companhia, realizada em 26 de abril de 2012, promovido a necessária alteração no Estatuto Social da Companhia para prever a sua criação, na forma da regulamentação então aplicável. Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de março de 2022, o regimento interno do CAE foi reformulado visando a sua atualização e adaptação às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

O CAE é atualmente composto de 3 (três) membros, eleitos em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 31 de maio de 2017 e 28 de abril de 2021, tendo cada membro mandato de 10 (dez) anos a contar da data da reunião que o elegeu, nos termos do artigo 31-C da Resolução CVM nº 23/21, sendo todos membros independentes, um deles, membro do Conselho de Administração da Companhia e outro, coordenador do CAE e especialista em contabilidade e finanças, sem exercer outra função na Companhia.

O CAE está vinculado diretamente ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAE são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis e àquelas definidas no seu regimento interno e na Seção III do Estatuto Social da Companhia.

Compete ao CAE avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia, o cumprimento das exigências legais e regulamentares, a atuação, independência e qualidade dos trabalhos da empresa de auditoria externa; supervisionar atividades de auditoria interna e controles internos e de administração de riscos da Companhia; assim como as demais atividades previstas no artigo 31-D da Resolução CVM nº 23/21, no Regimento Interno do CAE e no Estatuto Social da Companhia. As avaliações e a atuação do CAE baseiam-se nas suas próprias análises e nas informações recebidas da Companhia e dos auditores externos.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. (“Deloitte”) foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais (ITR’s) do exercício de 2025.

A área de GRC – Governança, Riscos e *Compliance*, incluindo Controles Internos, bem como a área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia são subordinadas diretamente à Diretoria Executiva da Companhia, porém supervisionadas pelo CAE, conforme os termos da Resolução CVM nº 23/21. A Companhia também possui área de Auditoria Interna, subordinada ao CAE e com reporte administrativo ao Diretor Presidente da Companhia, cujas atividades são reportadas periodicamente ao Conselho de Administração, por meio do CAE.

Atividades do Comitê de Auditoria Estatutário em 2025

O CAE reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias 12 (doze) vezes no exercício social de 2025, nas quais participaram, como convidados, membros da Diretoria Executiva, auditores internos e externos, além de outros membros da administração e empregados da Companhia, conforme convocados pelo CAE. O Coordenador do CAE também reportou as atividades do CAE ao Conselho de Administração nas reuniões deste último órgão ocorridas em 26 de fevereiro, 26 de março, 25 de junho, 29 de setembro e 17 de dezembro de 2025.

Dentre os assuntos discutidos e as atividades realizadas no exercício, destacamos os seguintes:

1. acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna da Companhia, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, avaliação da estrutura e do orçamento da área de Auditoria Interna, tendo o referido orçamento sido analisado pelo CAE e considerado suficiente para o desempenho de suas atividades;
2. discussão e avaliação das políticas de independência dos auditores independentes, conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos para o exercício social de 2025, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
3. acompanhamento das atividades da área de *compliance*, controles internos e gestão de riscos, inclusive riscos cibernéticos, com base nas reuniões com os auditores internos, auditores externos e diretores da Companhia;

4. acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, bem como de adaptação da Companhia às novas normas IFRS de contabilidade, mediante reuniões com os administradores da Companhia e auditores independentes;
5. acompanhamento das atividades da área corporativa tributária da Companhia, incluindo a avaliação dos potenciais impactos da reforma tributária para a Companhia, bem como das medidas que vêm sendo adotadas para sua adaptação às referidas mudanças;
6. acompanhamento das atividades da área corporativa jurídica da Companhia, principalmente com relação aos processos ativos e passivos em andamento e respectivo provisionamento, conforme aplicável;
7. recebimento das manifestações feitas pelo “Canal de Manifestação” da Companhia e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Conduta, assim como acompanhamento das providências tomadas pela Companhia;
8. acompanhamento de investigações internas conduzidas pela Companhia, com o apoio de assessores externos, quando necessário; e
9. acompanhamento das iniciativas da Companhia relacionadas às questões ESG, incluindo o acompanhamento dos preparativos para cumprimento das novas regras europeias de divulgação de informações relacionadas a sustentabilidade aplicáveis à Companhia, bem como das novas normas IFRS/ISSB sobre divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade.

Adicionalmente, manifestamos que não foram identificadas situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores independentes e o CAE em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Conclusão

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Iochpe-Maxion S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do referido Comitê, procederam à análise do relatório da administração e das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia, acompanhadas de suas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e, considerando as informações prestadas pela Companhia e pela Deloitte, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

Edward Ruiz
Coordenador

Edmilson Baraldi

Henrique Bredda